



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2014

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

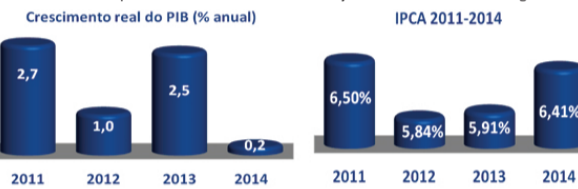
O ano de 2014 foi de desafios e realizações para a Cosern e para o Grupo Neoenergia. Frente a um complexo cenário econômico e de escassez hídrica, a solidez construída pela Companhia ao longo dos últimos anos nos levou a grandes marcos e importantes conquistas. Reafirmamos nossa essência, a missão de “ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade”. Com 1,3 milhão de clientes, a Cosern contribuiu para a consolidação da Neoenergia como o maior Grupo privado do setor elétrico brasileiro em número de clientes, superando a marca de 10 milhões nos três estados em que está presente – Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco. Tal feito é resultado de um trabalho realizado com eficiência, qualidade, segurança e respeito ao indivíduo. Nosso propósito é continuar atuando fortemente para o crescimento e desenvolvimento do nosso país. Com inovação e empreendedorismo, implantamos a leitura e o faturamento simultâneos em 100% da nossa base de clientes. Um número inédito de utilização em larga escala dessa tecnologia e que representou investimentos da ordem de R\$ 9 milhões para a Companhia. Para atingirmos essa marca, a perseverança, o compromisso com nossos clientes e a qualidade da gestão fizeram com que um projeto-piloto, iniciado em outubro de 2013, chegasse, de forma gradual ao longo de pouco mais de um ano, a todos os consumidores atendidos pela Cosern. Em 2014, a Cosern totalizou um volume de 5.462 GWh de energia distribuída, o que representou um crescimento de 4,8% em relação a 2013. Nos últimos dez anos, tivemos um crescimento acumulado de 71% da energia distribuída pela Cosern, enquanto que no mesmo período a distribuição de energia no Nordeste e no Brasil cresceu 49,8% e 43,6%, respectivamente. É a nossa excelência a serviço do desenvolvimento da sociedade, da transformação de uma região e do avanço de um país. Mesmo com o cenário adverso, a Cosern atingiu um EBITDA de R\$ 310 milhões e lucro líquido da ordem de R\$ 198 milhões. Os investimentos em expansão e modernização da rede totalizaram R\$ 201 milhões em 2014. Pelo quinto ano consecutivo, o rating de crédito corporativo dada a Cosern pela S&P foi de brAAA na Escala Brasil. Tais resultados renderam à Cosern a conquista, pela quarta vez, do Prêmio Abradeur na categoria Gestão Econômico-Financeira, entre as 31 concessionárias do país com mais de 500 mil consumidores. A conquista do 1º lugar na Gestão Financeira evidencia a qualidade do modelo de gestão do Grupo Neoenergia. Além de contribuir para mover o Rio Grande do Norte a novos patamares de crescimento e levar um bem essencial para a vida das pessoas, temos consciência da nossa responsabilidade em atuar e produzir boas práticas com sustentabilidade. Por isso, ao longo de 2014, demos continuidade às ações do Programa de Eficiência Energética, que tem por objetivo despertar no consumidor comportamentos mais seguros e eficientes no uso da energia elétrica. Firmamos também, no ano passado, uma parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de apoiar o “Selo Unicef - Município Aprovado” no Estado do Rio Grande do Norte, além de levar às comunidades do nosso conhecimento sobre sustentabilidade, segurança e eficiência energética. Todo esse trabalho não seria possível sem o apoio dos nossos mais de 700 colaboradores, que são a força motriz que nos permite alcançar e manter uma posição de destaque no mercado. Estamos entre as maiores empresas do país, resultado do compromisso de um time de profissionais dispostos a criar valor para todos os nossos públicos de relacionamento: clientes, fornecedores, comunidades e acionistas. Justamente por valorizar as pessoas, 2014 foi o ano de dar protagonismo à segurança e alinhá-la nossas ações voltadas para a segurança no trabalho e nas comunidades à nossa missão. “Acima de tudo, a vida!” passou a ser o nosso lema. O rigor com a segurança está presente em todos os projetos e iniciativas abrangendo nossa força de trabalho, empresas parceiras e, sobretudo, a comunidade. Esperamos que em 2015 nossa experiência, nosso profissionalismo e nosso comprometimento nos deem condições de enfrentar os desafios trazidos pelo cenário econômico e pela crise hídrica e nos ajudem a sedimentar o caminho que nos levará a um futuro de grandes realizações.

MARCO GIOVANNI TOBIAS DA SILVA

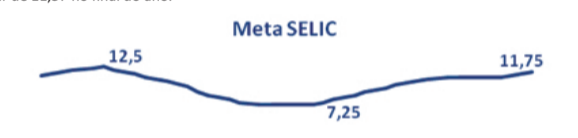
Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

Mesmo com um fraco desempenho econômico, motivado por um cenário geral de incertezas que perdurou todo o ano de 2014, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 2,13%. A queda no preço internacional das commodities refletiu na redução dos setores extrativos e de bens primários. O aumento das taxas básicas de juros afetou o consumo das famílias, com efeitos também sobre os setores de serviços e industrial. O comportamento do cenário econômico brasileiro em 2014 pode ser observado através da trajetória dos indicadores a seguir:



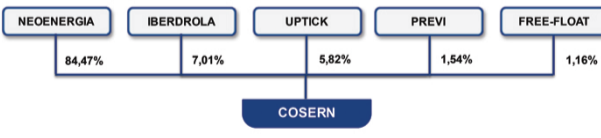
TJLP 2015	Janeiro a Março	5,50%
Outubro a Dezembro	2014	5,00%
Julho a Setembro	2014	5,00%
Abril a Junho	2014	5,00%
Janeiro a Março	2014	5,00%



A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que serve de referência para empréstimos do BNDES ao setor produtivo, de janeiro a dezembro de 2014 foi mantida no patamar de 5% já no período de janeiro a março de 2015 a taxa sofreu acréscimo de 0,5%. A taxa básica de juros (SELIC) sofreu seguidos aumentos em 2014 e terminou o ano em 11,75%. Esta política de sucessivos aumentos da SELIC teve como finalidade a contenção da inflação. A taxa CDI acompanhou o mesmo comportamento da SELIC com uma trajetória de aumento durante o ano de 2014, atingindo o patamar de 11,57 no final do ano.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN foi fundada em 14 de dezembro de 1961, como uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do RN. Em 12 de dezembro de 1997, foi privatizada, um mês de leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, no qual o consórcio formado pela COELBA, Neoenergia (a época denominada Guanarianna) e UPTICK Participações adquiriu 77,92% do capital total da Companhia pelo valor de R\$76,4 milhões. Em 04 de janeiro de 1999, a COSERN tornou-se companhia aberta, inscrita na CVM sob o nº 01813-9. A partir de 17 de maio de 1999, foram iniciados negócios com ações de emissão da COSERN na BOVESPA. Em março de 2003, em virtude de determinação da ANEEL de desverticalizar as atividades de geração e distribuição, a Companhia procedeu à venda de suas ações da Termoaquá para a Neoenergia, holding do grupo. A composição acionária da Companhia foi alterada em função do processo de desverticalização da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, ocorrida em 29 de novembro de 2005. Em 13 de dezembro de 2012, um dia antes da comemoração de seus 51 anos de atividades no Rio Grande do Norte, e um dia após completar 15 anos de sua privatização, a COSERN foi reconhecida como “a melhor distribuidora de energia elétrica da Região Nordeste”, entre as 31 distribuidoras com mais de 400 mil consumidores, e, ainda, foi destacada como a “6ª melhor do Brasil” na classificação geral da pesquisa realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – para avaliação do prêmio IASC – Índice Anual de Satisfação do Consumidor. A Companhia é a única concessionária de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte, com concessão vigente até 30 de dezembro de 2027. Atendendo aos 167 municípios do Estado, com uma área total de 52.811 km² e uma população de mais de 3,4 milhões de habitantes, a COSERN é a sexta maior concessionária de energia elétrica, em número de clientes, dentre as onze do Nordeste e a quinta em volume de energia fornecida. Em junho de 2014, a Standard & Poor’s Ratings Services reafirmou os ratings de crédito corporativo atribuídos à NEOENERGIA S.A. e às suas controladas COELBA, CELPE e COSERN “BBB-” na Escala Global e “brAAA” na Escala Nacional. A perspectiva é estável. Ao mesmo tempo, reafirmou os ratings de emissão atribuídos à Termoenergambuco S.A. e Itapebi S.A. “brAAA-” com base na garantia incondicional e irrevogável da NEOENERGIA, empresa controladora. **Composição acionária da COSERN:** A composição acionária da COSERN conta com a seguinte posição: Neoenergia S.A. com 84,47% de participação, representando 141.967.502 ações; Iberdrola com 7,01% de participação, representando 11.782.384 ações; Uptick Participações S.A. com 5,82% de participação, representando 9.780.611 ações; Previ com 1,54% de participação, representando 2.596.014 ações e Outros com 1,16% de participação, representando 1.947.517 ações.



3. GOVERNANÇA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo Neoenergia e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. **3.1 Estrutura de Governança: Conselho de Administração:** É integrado por oito representantes, sendo sete indicados pelos acionistas controladores e um indicado pelos empregados, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Entre os titulares, um é indicado pela Iberdrola, dois pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previl), um pelo Banco do Brasil, um pela Uptick, dois pela Neoenergia e um pelos empregados da Companhia. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da companhia, bem como discutir os assuntos que merecem atenção de cada uma das controladas, apreciando-os antes de os temas seguirem para aprovação dos Conselhos de cada empresa. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros. **Conselho Fiscal:** Com função independente, o Conselho Fiscal é composto por quatro membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas para mandatos de um ano e sua instalação foi realizada quando da constituição da Companhia. O Conselho Fiscal tem como objetivo garantir o exercício do direito dos acionistas de fiscalizar a gestão dos negócios e sua função fiscalizadora independente é reforçada pela atuação individual dos conselheiros prevista em lei. **Diretoria:** É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o diretor-presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares. A Diretoria das empresas controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores estatutários da holding também são diretores de todas as controladas da Neoenergia. **Comitês:** O Grupo Neoenergia possui três diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro e de Remuneração e Sucessão. Cada Comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês de Auditoria e Financeiro realizam reuniões mensais e Comitê de Remuneração e Sucessão, trimestralmente, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário. **3.2 Direito dos Acionistas e Política de Dividendos e JSCP:** A COSERN possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido após constituição de 5% (cinco por cento) de reserva legal. Além disso, no estatuto social da COSERN está determinado que as ações preferenciais tenham direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias. A Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir dividendos, desde que o total dos dividendos pagos não exceda o montante das reservas de lucro e não ultrapasse o limite de 15% do art. 183 da Lei nº 6.404/76. O estatuto social também prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito de Juros Sobre Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária que aprecia as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável. Em 2014 foram pagos R\$ 229.639 mil a título de dividendo, sendo R\$ 127.200 mil relativos ao exercício findo em 2013, R\$ 53.391 mil correspondentes aos dividendos intermediários de 2014 e R\$ 49.048 mil referentes à distribuição de Reservas de Retenção de Lucros e de Lucros a Realizar. A distribuição de dividendos foi realizada em 27 de maio de 2014, com base no balanço de 31 de dezembro de 2013. O exercício de 2013 e R\$ 9.930 mil relativos ao exercício de 2014, perfazendo o montante de R\$ 277.518 mil como remuneração total aos acionistas. **3.3 Relações com Investidores:** No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a COSERN adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o

mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de “rating”, instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa. A COSERN disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, “e-mail” (ri@COSERN.com.br), no “SITE” Relações com Investidores (www.cosern.com.br – “link” RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões individuais do tipo “one-to-one” com as principais instituições de relacionamento e divulga Relatórios de Acompanhamento e “webconferência” trimestrais com os principais números de cada empresa do Grupo e consolidado. **3.4 Auditoria de Controles Internos:** A COSERN, alinhada aos princípios básicos de Governança Corporativa, padrões legais e éticos, estabelece e mantém um ambiente de controles internos adequado. Os trabalhos são feitos de forma integrada, e em conjunto com os auditores internos visando à aplicação das boas práticas. A área desenvolve trabalhos com ênfase nos controles contábeis, mapeia os principais processos, elabora matriz de risco e controles e realiza walkthrough, com o objetivo de certificar a qualidade das informações que constituem as demonstrações financeiras, contribuindo para a eficiência dos processos do departamento. Controles Internos responde também pela Gestão de Normativas através do Sistema SGN para assistência às áreas de negócios na divulgação dos normativos da companhia, contribuindo para um ambiente seguro, controlado e eficiente dos processos.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

4.1. Cenário Regulatório: **4.1.1 Aumento da Exposição Contratual das Distribuidoras:** A partir da Resolução MP 57 em 2012, uma combinação de fatores, decorrentes ou não dessa medida, agravou gradativamente a cobertura contratual das distribuidoras. O primeiro impacto para as distribuidoras foi provocado mediante vencimento dos contratos com as geradoras que não aderiram à proposta de renovação, conforme condições estabelecidas na MP 579, pois a energia produzida por estas geradoras não faz parte do sistema de cotas, causando logo de início uma redução da cobertura contratual das distribuidoras. Ao longo de 2013 alguns Leilões de Energia Existente foram promovidos na tentativa de reduzir a descontração das distribuidoras, no entanto, o resultado desses leilões foi aquém do esperado: no primeiro leilão, não houve negociação e no segundo, no final do ano, a contratação apresentou apenas cerca de 40% da necessidade das distribuidoras. No início do ano de 2014 a subcontratação das distribuidoras foi ampliada em virtude do vencimento de contratos de energia existentes ao final de 2013. Com o intuito de mitigar essa exposição contratual a ANEEL promoveu em abril o 13º Leilão de Energia Existente (Leilão A de 2014), cujo início do período de fornecimento se daria no mesmo ano. O total de energia contratada neste primeiro leilão de 2014 foi de 2.046 MW (leilões, a um preço médio de R\$ 268,33/MWh. Em 05.12.2014 foi realizado outro Leilão de Energia Existente (Leilão A-1 de 2014), com entrega para janeiro de 2015, que teve como atendimento prioritário o montante de reposição declarado pelas distribuidoras, tendo como resultado a frustração de 46% do Montante de Reposição declarado. A COSERN não apresentou grandes volumes de energia descontraída e praticamente não teve contratos vencendo ao final de 2013, os quais poderiam ser recontraídos para fornecimento em 2014, mas sofreu os efeitos de exposição decorrentes das postergações e liminares judiciais de algumas usinas e linhas de transmissão que entraram em operação em 2014. **4.1.2 Conta ACR:** Em 02 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 estabelecendo a criação da CONTA-ACR destinada a cobrir total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária e (ii) despacho das usinas termelétricas vinculadas aos contratos no ambiente regulado (EXCEAR), na modalidade por disponibilidade. A partir da competência de julho de 2014, conforme despacho ANEEL nº 3.998/14, em face ao provimento parcial de recurso administrativo interposto pela Abraadee, a ANEEL passou a reconhecer como exposição involuntária os custos incorridos com o risco hidrológico das usinas de energia renovada, nos termos da Lei nº 12.783/2013. Em relação a esses itens, foram homologados e repassados recursos para a CONTA-ACR, relativos às competências de fevereiro/14 a outubro/14, para a Cosern no valor: R\$ 148,7 milhões. Para as competências de Novembro e Dezembro/2014, a ANEEL decidiu postergar liquidações dos valores sem cobertura tarifária para 31/03/2015, viabilizando com isso a possibilidade de novos aportes na CONTA-ACR. **4.1.3 Redução do PLD Teto:** Com o intuito de mitigar o risco financeiro do mercado de curto prazo enfrentado em virtude da hidrologia desfavorável e consequente alta do PLD, e também devido a grande exposição contratual das distribuidoras, exigindo elevados aportes da Contá ACR para evitar a quebra destas empresas, após período de Audiência Pública, a Diretoria da ANEEL, aprovou em 24.11.2014, a redução do PLD Máximo de R\$ 922,23/MWh para R\$ 388,48/MWh, tendo como base o CVU da UTE Mário Lago, com capacidade instalada de 922,62 MW. Já o PLD Mínimo foi alterado de R\$ 15,62/MWh para R\$ 30,26/MWh tendo como referência o custo de geração das usinas comprometidas com os contratos de cotas. Os novos limites estarão vigentes a partir de 2015. **4.2. Reajuste Tarifário:** A ANEEL fixou em 12,21% o índice de reajuste das tarifas da Cosern, resultado do Reajuste Tarifário de 2014, com vigência a partir de 22 de abril de 2014, sendo 9,15% relativos ao reajuste tarifário anual e 3,06% aos componentes financeiros. A variação percentual média percebida na conta dos consumidores cativos foi em média de 12,75%, sendo de 11,40% para os consumidores atendidos em baixa tensão, que representam mais de 95% dos clientes e inclui os clientes residenciais. Já os consumidores cativos industriais e de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram aumento de 15,78%, em média. **4.3. Aditivo Contrato de Concessão:** A COSERN e ANEEL assinaram o quarto termo aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 008/1997, em 10 de dezembro de 2014, para inclusão de cláusula específica, de forma a reconhecer que serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluindo aqueles constituídos após a última alteração tarifária. O aditivo foi assinado para permitir voltar a contabilizar os ativos e passivos financeiros setoriais na contabilidade societária. Ocorre que, a partir de 2011, os ativos e passivos financeiros setoriais passaram a ser contabilizados no Brasil, utilizando o método contábil similar à adotada nos Estados Unidos, em conformidade ao pronunciamento SFAS 71 (contabilidade para certos tipos de regulação), mas em 2010, com a adoção do IFRS (International Financial Reporting Standards), o Brasil passou a não mais registrar os saldos dos ativos e passivos financeiros setoriais na contabilidade societária, em função de uma interpretação de que não estariam atendendo a estrutura conceitual do IFRS, pois, esses itens dependeriam de eventos futuros. No entanto, a contabilidade regulatória foi instituída pela ANEEL em 2010, com o pressuposto de que se trata de ativos ou passivos líquidos e certos e determinou a manutenção desses registros. Com base na legislação e regulamentação da ANEEL, para dar eficácia ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro da concessão, a ANEEL resolveu reconhecer, mediante aditivo do contrato de concessão, a incorporação aos valores indenizáveis, dos valores remanescentes ainda não compensados totalmente por meio da tarifa. **4.4. Bandeiras Tarifárias:** Por força da regulamentação do Setor Elétrico, a partir de 01 de janeiro de 2015 foram estabelecidas as bandeiras tarifárias verde, amarela e vermelha, que constituem sinais tarifários que vão indicar e refletir na conta dos consumidores os atuais custos de geração, de acordo com a variação do Custo Marginal de Operação (CMO) e do Encargo de Serviços de Sistema (ESS). A ANEEL divulgará mais a mais as bandeiras que estarão em funcionamento. **4.5. Tarifa Média:** A tabela abaixo apresenta, para cada classe de consumo, a tarifa média de fornecimento em R\$/MWh praticada pela COSERN. Ao lado da tabela o gráfico apresenta a porcentagem que cada segmento da carteira produtiva representa na tarifa média.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh	Classe	Com Tributo
Residencial	386,03	4,25%
Industrial	320,82	22,33%
Comercial	424,92	26,17%
Rural	233,20	2,80%
Poder público	401,34	44,66%
Outros	269,51	0,00%

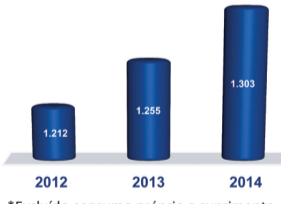
4.6. Ouvidoria: A Ouvidoria é mais um canal de relacionamento da Distribuidora criada, especialmente, para registrar e dar tratamento às sugestões, elogios e reclamações de clientes, que não foram solucionadas pelos canais de atendimento. Através dessas manifestações, a Ouvidoria atua junto às áreas para orientar quanto ao fiel cumprimento da regulamentação do setor elétrico, visando eliminar os riscos regulatórios. O principal desafio da Ouvidoria é resgatar a satisfação do cliente. Em 2014, a Ouvidoria da COSERN recebeu 23.521 manifestações, das quais 6,92% foram reclamações de consumidores insatisfeitos com os serviços prestados pela Distribuidora. Os processos mais reclamados foram: Extensão de Rede, Consumo e Ligação com 38%, 26% e 14% do total de reclamações processadas, respectivamente. Em agosto de 2014, o processo gestão das reclamações de ouvidoria foi integrado ao sistema corporativo SAP/CCS, possibilitando a centralização das reclamações dos clientes do Grupo Neoenergia em um único sistema, além de permitir uma melhor navegação, gestão e controle, segurança e confiabilidade dos dados tratados. Esse módulo do SAP/CCS, por sua vez, foi interligado ao Sistema de Gestão da Ouvidoria da ANEEL (SGO), permitindo a troca diária das informações entre a Distribuidora e a Agência Reguladora. Em dezembro de 2014, a ANEEL comunicou as distribuidoras do País que, após estudos, concluiu que, em média, apenas 7% das reclamações registradas naquela Agência Reguladora seguiriam o fluxo adequado, não permitindo, nos demais casos, que a distribuidora tratasse a insatisfação do consumidor antes do conhecimento da ANEEL. Para corrigir esse fluxo, a partir de janeiro de 2015 deverá ser implantado um novo procedimento no tratamento das reclamações encaminhadas, pelos consumidores, para aquela Agência Reguladora, o chamado “Caminho do Entendimento”. Esse procedimento visa direcionar o consumidor para o canal adequado de atendimento, ou seja: inicialmente o consumidor deve encaminhar sua reclamação para o atendimento ao consumidor da distribuidora. Não ficando satisfeito com a solução dada encaminhar a reclamação para a ouvidoria da distribuidora e somente após passar por essas instâncias reclamar junto à Ouvidoria da ANEEL. A implantação desse processo será o grande desafio para a Ouvidoria no ano de 2015.

5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

A COSERN detém a concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Rio Grande do Norte, em seus 167 municípios. Essa concessão abrange uma área de 52.811 km², cobrindo uma população de aproximadamente 3,4 milhões de habitantes. Seus principais ativos consistem em Linhas de Distribuição em Alta Tensão, Subestações de Distribuição, Transformadores de Distribuição e Redes de Distribuição em Média e Baixa Tensão. Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado do Rio Grande do Norte, desde 2003. A COSERN acompanha também alguns indicadores operacionais que medem a relação de venda de energia, clientes e empregados. O quadro abaixo demonstra a evolução desses indicadores operacionais da COSERN:

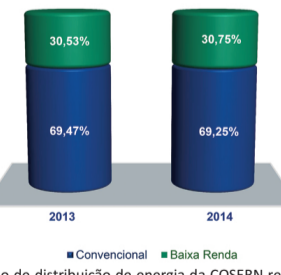
Indicadores Operacionais	2012	2013	2014
Número de Empregados	737	736	747
Número de Clientes por Empregado	1.645	1.705	1.503
Vendas por Clientes (MWh)	3,44	3,52	4,11
Vendas por Empregado (GWh)	5,66	6,00	6,18
Clientes por km²	22,95	23,77	21,26

5.1. Número de Consumidores Ativos: Em 2014 a COSERN registrou 1.303.316 consumidores ativos, o que representou um acréscimo de 48.556 novos clientes, equivalente a um crescimento de 3,87% em relação a 2013. Do acréscimo mencionado, 46.518 referem-se à classe Residencial e 4.254 à classe Comercial. A classe industrial registrou queda de 3.255 clientes, devido à migrações para outras classes. As demais classes registraram um aumento de 1.039 novos clientes no ano de 2014.

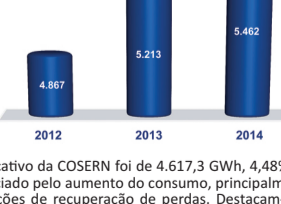


*Excluído consumo próprio e suprimento

5.1.1. Número de Consumidores Baixa Renda: Considerando os critérios estabelecidos na Resolução ANEEL nº 414/2010, que define o conceito de consumidores de baixa renda, estes correspondem a 30,75% do total de consumidores ativos da COSERN enquanto que os consumidores residenciais normais representam 55,36%. A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 instituiu as regras incidentes sobre a tarifa aplicável à classe Residencial Baixa Renda das distribuidoras de energia elétrica. Até dezembro de 2014, a Companhia tinha 0,4 milhões de clientes cadastrados com a tarifa subsidiada.



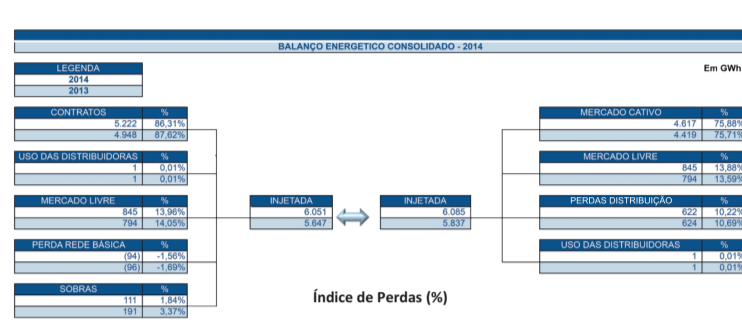
5.2. Energia Distribuída: O mercado de distribuição de energia da COSERN registrou o montante de 5.462 GWh, representando um crescimento de 4,78% em relação ao ano de 2013. Sendo 85% referente ao consumo do mercado cativo e 15% do mercado livre.



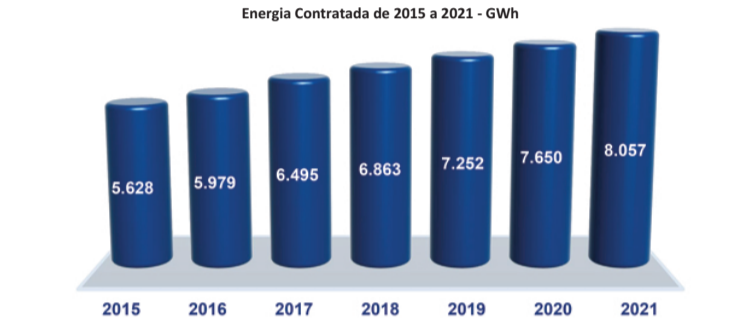
5.3. Energia Vendida: O Mercado cativo da COSERN foi de 4.617,3 GWh, 4,48% maior do que o verificado no ano de 2013. Esse resultado foi influenciado pelo aumento do consumo, principalmente em decorrência da seca, além de uma forte intensificação nas ações de recuperação de perdas. Destacam-se alguns aspectos em relação ao comportamento do mercado no ano: • A classe Residencial registrou um crescimento de 7,1% em 2014, quando comparado ao ano anterior. Esta variação também seguiu a trajetória dos últimos anos e é explicada pelo incremento de novos clientes, incentivos governamentais para aquisição de eletrodomésticos e pelo aumento da renda das famílias. • O mercado cativo Industrial apresentou uma redução de 1,81% em relação ao ano anterior, devido à migração de clientes para outras classes. No entanto, ao se analisar a energia distribuída industrial (ativa e livre), verifica-se um crescimento de 2,72% no ano de 2014. • A classe Comercial obteve um crescimento de 6,45% em relação a 2013. O mercado distribuído da classe apresentou um resultado ainda melhor em função da migração de clientes para o ambiente de livre contratação, 6,89% em relação ao ano anterior. • A classe Rural, cuja participação no mercado cativo é de 9,18%, apresentou um crescimento de 0,88% ao longo do ano de 2014 quando comparado com o ano anterior. O moderado crescimento é justificado pelo agravamento da seca no interior do estado, a redução severa do nível do reservatório das usinas hidroelétricas e a utilização por bombeamento da irrigação das lavouras. • As outras classes, que representam 15,51% do mercado cativo, apresentaram um crescimento de 1,99% em 2014 em relação ao mesmo período de 2013. O quadro a seguir demonstra a composição do fornecimento de energia da COSERN por classe.

Classe	2012			2013			2014			Variação 2014/2013 - %		
	Receita (R\$ milhões)	Cliente (mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ milhões)	Cliente (mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ milhões)	Cliente (mil)	Volume (GWh)	Receita AC (milhões)	Clientes AC (mil)	Volume (GWh)
Residencial	692	1.038	1.636	659	1.076	1.805	749	1.123	1.933	13,6%	4,33%	7,08%
Comercial	409	78	897	374	82	963	435	86	1.026	16,1%	4,74%	6,45%
Industrial	185	5	567	149	5	529	166	2	519	11,2%	-69,70%	-1,81%
Rural	87	70	407	80	72	420	101	72	424	25,7%	-0,02%	0,88%
Outras Classes	226	20	663	203	21	702	226	22	716	11,5%	3,16%	1,99%
Total Fornecimento	1.600	1.212	4.170	1.466	1.256	4.419	1.676	1.304	4.617	14,37%	3,79%	4,48%

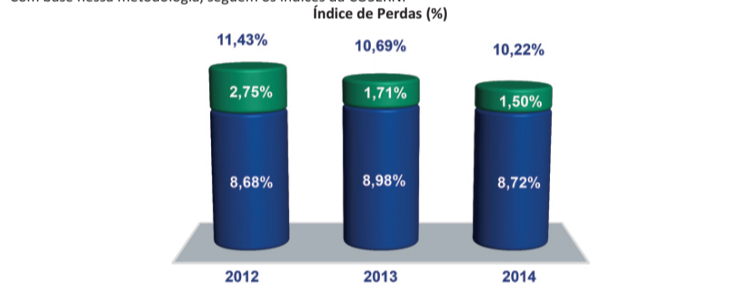
5.4. Balança Energética: Em 2014 a energia injetada pela COSERN apresentou crescimento de 4,2% (247 GWh) em relação a 2013.



Na COSERN a energia injetada atingiu o patamar de 6.085 GWh em 2014. Do total da energia injetada, 75,8% (4.617 GWh) foi destinada ao consumo do mercado regulado, 13,9% (845 GWh) para o consumo do mercado livre e 10,2% (622 GWh) representaram perdas na energia injetada. O mercado livre apresentou aumento de 6,4% (51 GWh) em relação a 2013. Esse crescimento é decorrente principalmente do aumento de consumo dos setores de extração de petróleo e produção de cimento. **5.5. Energia Contratada:** A energia contratada para atender ao mercado da COSERN em 2014, totalizou 5.522,36 GWh, o que representa um acréscimo de 5,56% em relação a 2013. O acréscimo não foi maior devido à frustração de cotas de garantia física e de contratos, cujos empreendimentos de geração tiveram a concessão cancelada ou não foram concluídos na data prevista. A energia foi adquirida a um custo médio acumulado de R\$ 208,29/MWh, 46,66% acima do realizado no ano anterior que foi de R\$ 142,02/MWh para o mesmo período, levando-se em consideração o Risco Hidrológico e o Condomínio Virtual, valores que não eram incluídos no custo de compra de períodos anteriores. Este custo médio não considera os encargos setoriais e de conexão. Em 2014 a COSERN teve um déficit contratual de -2,08 %, decorrente da frustração de alguns contratos, o que acarretou um lastro regulatório de 1,81%, totalizando o saldo final de 10,74%. No gráfico a seguir apresentamos a posição em 31/12/2014 da energia contratada para o mercado da COSERN no período de 2015 a 2021, considerando os leilões futuros a partir de 2017.



5.6. Índice de Perdas: As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo. As perdas de energia são acompanhadas pela COSERN através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, seguem os índices da COSERN:



O Índice de Perdas apresentou redução em relação ao ano anterior, passando de 10,69% para 10,22%, representando um decréscimo de 0,47 pontos percentuais. A redução deve-se a continuidade da execução das ações previstas no Plano de Redução de Perdas. O gráfico acima demonstra o comportamento das perdas nos últimos três anos. Foram aplicados cerca de R\$ 16,9 milhões com as ações de combate às perdas não técnicas e recuperado 23 GWh de energia. As principais ações desenvolvidas em 2014 foram: • Realização de 66 mil inspeções, sendo detectadas 19 mil irregularidades (fraude e defeito); • Substituição de 22.567 medidores eletromecânicos classe 2 (tétricos e monof



do maior conforto no espaço destinado ao atendimento a clientes. • Cosern Serviços - A COSERN está presente em toda sua área de concessão (167 municípios). Nos municípios onde não há Agências de Atendimento Presencial, existe o atendimento através da rede credenciada Cosern Serviços que finalizou o ano com 143 lojas que realizam atendimento comercial. No credenciado Cosern Serviços que presta atendimento comercial é possível o cliente solicitar todos os serviços que ele encontrar com uma agência. Contamos também com controle de tempo de espera realizado através da emissão de senha via POS. • Tele Atendimento – A COSERN dispõe de uma central de Tele Atendimento com 98 pontos. Esta central recebeu, em 2014, mais de 2,5 milhões de chamadas com um tempo médio de atendimento de 210 segundos. • Agência Virtual (www.cosern.com.br) – O site da COSERN foi novamente reformulado em agosto de 2014, possibilitando ao cliente maior facilidade de acesso ao portal e ampliação do portfólio de serviços oferecidos. Isto gerou uma procura por este canal de atendimento superior a 29% em relação a 2013. Foram registrados mais de 3,7 milhões de solicitações. Dentro dos serviços oferecidos mais demandados citamos o certificado de quitação de débitos, a 2ª. via de conta, a solicitação de ligação nova e a troca de titularidade. Foram disponibilizados também novos serviços levando mais comodidade aos nossos clientes como a consulta de dívida por CPF/CNPJ ou conta contrato onde o titular pode verificar todas as dívidas das unidades consumidoras de sua responsabilidade, consulta histórico de consumo onde é possível confirmar a data de pagamento da fatura e imprimir as faturas já pagas, e ainda consultar as solicitações. • Atendimento Clientes Corporativos - Através de especialistas de negócio em energia é prestado um atendimento diferenciado e personalizado para cerca de 5 mil parceiros de negócios, correspondente a mais de 33 mil contas-contratos. Esses clientes representam aproximadamente 43% do consumo e 37% do faturamento total da COSERN. Fazem parte deste grupo os clientes dos poderes públicos (Federal, Estadual e Municipal), do mercado livre, parcialmente livre, potencialmente livre e geradores, e aproximadamente, 2,9 mil contratos do Grupo A. O crescimento do número de reclamações precedentes a partir de 2011 foi resultado das modificações no processo de apuração com o objetivo da uniformização do procedimento de registro de reclamações em todas as distribuidoras do país, visando à certificação exigida pelo órgão regulador e permitindo a comparação, na mesma base, dos indicadores de duração e frequência das reclamações entre todas as distribuidoras. Em 2013, dando continuidade às ações de melhoria iniciadas em 2012, com foco na qualidade do serviço prestado, pode-se registrar um decréscimo no registro de reclamações precedentes. Em 2014 com a maturação do plano de melhoria, tivemos uma redução de 5% nas reclamações precedentes, demonstrando o atingimento de uma condição de estabilização na quantidade de reclamações registradas pelos clientes da Cosern. Sob coordenação do grupo de gestão da qualidade que liderou ações de melhoria nos processos de reclamações administrativas e judiciais nas 17 distribuidoras da Neoenergia, nesse ano de 2014 foram implantados diversos planos de ação em conjunto com as principais áreas motivadoras de reclamações dos consumidores contribuindo assim para a melhoria dos processos de atendimento a clientes. O resultado da eficiência desta estrutura de serviços pode ser visualizado através do indicador regulado FER – Frequência Equivalente de Reclamação, que basicamente, mede o número de reclamações precedentes para cada grupo de 1.000 consumidores. O FER para COSERN, estabelecido pela ANEEL para o ano de 2014, foi de 33, enquanto que o alcançado foi de 10,13, representando um resultado 69,3% menor do que a meta estabelecida. A COSERN obteve o índice de 79,2% no ISOP - Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida, avaliado pela ABRADEE nas distribuidoras com mais de 500 mil clientes em 2014. **5.10. Programa Luz para Todos:** O Programa Luz para Todos – PLPT foi instituído pelo Governo Federal com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público. Com a publicação do Decreto nº 8.387, de 30 de janeiro de 2014, foi novamente prorrogada a vigência do Programa Luz para Todos para 2014. Até 2014 a Companhia investiu cerca de R\$ 219 milhões no Programa Luz para Todos, interligando no total 56.602 novos consumidores. Em decorrência do crescimento vegetativo e migração para área rural a COSERN assinou, em 09 de outubro de 2013, um novo contrato referente ao Programa Luz para Todos, com previsão de ligar 4.845 mil novos consumidores com um investimento total de R\$ 44 milhões. Entretanto, em função do tempo transcrito entre o 5º contrato (2009) e o 6º contrato (2013/2014), parte dessa demanda foi atendida pela universalização. Dessa forma, o Programa Luz para Todos realizado pela COSERN no Estado do Rio Grande do Norte atendeu pouco mais de 3.500 novos consumidores com um investimento médio de R\$ 23 milhões. A COSERN, em 2014, através do Programa Luz para Todos, ligou 3.562 novos clientes, atingindo a marca de 56.602 ligações realizadas no Rio Grande do Norte desde a sua implantação em 2004, promovendo desenvolvimento econômico e melhorando a qualidade de vida das pessoas. O número de ligações efetuadas pela COSERN até 2014 está demonstrado a seguir:

Programa Luz para Todos	
Ligações Previstas pelo Programa	57.447
Total de ligações executadas	56.602
Até 2009	52.525
2010	284
2011	0
2012	0
2013	231
2014	3.562
Em execução	845

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2013	2014	Varição 2014/2013
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	1.858.513	2.197.281	18,2%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	1.353.729	1.587.674	17,3%
EBITDA (R\$ mil)	275.087	310.066	12,7%
Cobertura de custos (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	212,00	241,99	14,1%
Resultado Financeiro (R\$ mil) - Exceto JSCP	29.128	(12.241)	-142,00%
Lucro Líquido (R\$ mil)	207.669	198.362	-4,5%
Ativo Total (R\$ mil)	1.879.804	1.899.677	1,1%
Investimentos (R\$ mil)	179.632	165.410	-7,9%
Dívida Bruta (R\$ mil)	655.668	661.288	0,9%
Dívida Líquida (R\$ mil)*	378.915	620.889	64,7%
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	886.171	821.777	-7,5%

Indicadores Econômico-Financeiros	2013	2014	Varição 2014/2013
Margem EBITDA	20,32%	19,53%	-0,7 p.p
Margem EBIT	15,66%	15,24%	-0,4 p.p
Margem Líquida	15,34%	12,49%	-2,8 p.p
Cobertura de custos (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	(9,4)	(25,3)	-169,2%
Dívida Líquida/EBITDA **	1,37	2,00	46,3%
Índice de Endividamento Líquido	29,79%	43,04%	13,2 p.p

Ativos	2013	2014	Varição 2014/2013
Valor Patrimonial da Ação (R\$ lote de mil ações)	5,284	4,889	-23,1%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	1,24	1,18	-4,9%
Dividendos e JSCP Proposto/Deliberado (R\$ mil)	166.149	166.164	0,0%

* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários.
** EBITDA 12 meses.
p.p. - Pontos Percentuais.

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita Operacional Bruta:** A Receita Operacional Bruta da COSERN alcançou em 2014 R\$ 2.197 milhões, um incremento de 18,23%, equivalente a R\$ 339 milhões em relação ao ano de 2013 que foi de R\$ 1.859 milhões. Esse aumento é o efeito líquido, principalmente, dos seguintes fatores, destacados a seguir: • Fornecimento de Energia Elétrica no Mercado Cativo Aumentou em 4,48%. Este incremento está associado, principalmente, ao aumento da tarifa de energia, através da Resolução Homologatória nº 1.713 de 17 de abril de 2014, em 12,21% dos quais 9,15% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,06% aos componentes financeiros pertinentes. As tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015; Destaca-se, ainda, o recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídios existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. No ano de 2014, as compensações contabilizadas nesta rubrica alcançaram o montante de R\$ 149 milhões. • Contabilização dos ativos e passivos setoriais. Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o V Aditivo ao contrato de concessão de energia elétrica, com a inclusão de cláusula específica que permite o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como instrumentos financeiros e alterando a avaliação quanto à probabilidade de entrada e saída de recursos que incorporem benefícios econômicos, qualificando-os para reconhecimento nas demonstrações financeiras. Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

Saldo em 01 de dezembro de 2014	
Constituição	107.172
Amortização	(9.820)
Remuneração Financeira Setorial	88
Saldo em 31 de dezembro de 2014	97.440

As Deduções da Receita Bruta - Aumento de ICMS no montante de R\$ 64,8 milhões, equivalente a 20,94%, em decorrência, principalmente do:	
(i) aumento da receita bruta de vendas, base do imposto;	
(ii) contabilização do ICMS CDE no valor de R\$ 9,9 milhões, incidente sobre os consumidores irrigantes, aqüicultores, serviços públicos de água, esgoto e saneamento, cooperativas de eletrificação rural; - Os Custos e Despesas Operacionais: Em 2014 alcançamos R\$ 1.346 milhões, um incremento de 17,86% equivalente a R\$ 204 milhões em relação ao ano de 2013. Este aumento é o efeito das seguintes variáveis: (i) Aumento de 35,98% correspondente a R\$ 225 milhões na energia elétrica comprada para revenda; (ii) Redução de 63,85% equivalente a R\$ 38 milhões nos encargos de uso do sistema de transmissão. Este efeito positivo ocorreu devido a restituição dos excedentes financeiros da Conta de Energia de Reserva (CONER) aos consumidores (distribuidores, consumidores livres) que contraram essa energia, proporcionalmente à sua participação no rateio do Encargo de Energia de Reserva (EER), no montante de R\$ 46.475 mil. - O aumento acima mencionado se deve aos seguintes fatores: • Incremento de 4,02% no volume de energia comprada (CCEARs e Bilaterais) em relação a 2013; Reajuste de preços dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA); 75% dos contratos são CCEARs); Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada; Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais; Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontração involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e/ou por projetos térmicos postergados ou cancelados; (iii) Incremento de 13,91% equivalente a R\$ 10.303 milhões em Pessoal/Administradores/Entidade de Previdência Privada devido, principalmente, ao aumento do reajuste do plano de saúde em 70% em função da sinistralidade e do reajuste salarial do dissídio coletivo de 5,99% a partir de outubro de 2014, com impacto nas rubricas de remuneração, provisão de 13f, férias e encargos; ao pagamento da Participação nos Resultados (PLR) e Remuneração Variável (RV)/Encargos em Abril/2014, referente ao acordo coletivo de 2013; (iv) Incremento de Outras despesas em 6,50% equivalente a R\$ 6,3 milhões, em função, principalmente, da implantação do "on site billing"; elevado índice de entrega de conta fora de rota; encerramento de ordens de serviço e ordens de desativação; (v) Redução da PLCD em 107,43% equivalente a R\$ 6,6 milhões, devido a reversão de provisão constituída para cliente da classe serviço público; (vi) Redução de Contingências em 26,84% equivalente a R\$ 0,6 milhões devido ao encerramento de processos trabalhistas e civis; (vii) Incremento da despesa de amortização em 7,93% equivalente a R\$ 5 milhões, decorrente principalmente de um volume maior de capitalizações; (R\$ 241 milhões em 2014 contra R\$ 119 milhões em 2013). Geração Operacional de Caixa – EBITDA: Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da COSERN no ano de 2014, atingiu o montante de R\$ 310 milhões, o que representa um aumento de 12,7% equivalente a R\$ 35 milhões em relação ao ano de 2013, cujo montante foi de R\$ 275 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2014 foi de 19,53%, o que representa uma redução de 0,7 p.p. em relação a 2013. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores que o compõe, constantes das demonstrações financeiras da Companhia.	

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2013	2014	Varição %
Lucro Líquido	207.669	198.362	-4,5%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	25.441	23.279	-8,5%
Amortização ágio e Reversão PMIPL	8.037	8.115	1,0%
Receita Financeira	(107.457)	(182.276)	69,6%
Despesa Financeira	78.329	194.517	148,3%
Amortização	63.068	68.069	7,9%
EBITDA	275.087	310.066	12,7%

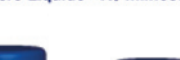
O EBITDA foi de R\$ 310,1 milhões em 2014, o que representa um acréscimo de 12,7% quando comparado com o total de R\$ 275,1 milhões em 2013. A margem do EBITDA de 2014 foi de 19,5% ante os 20,32% de 2013.



O Lucro Líquido da COSERN em 2014 foi R\$ 198,4 milhões, contra R\$ 207,7 milhões em 2013, refletindo um decréscimo de 4,5%



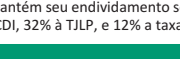
O Lucro Líquido da COSERN em 2014 foi R\$ 198,4 milhões, contra R\$ 207,7 milhões em 2013, refletindo um decréscimo de 4,5%



O Lucro Líquido da COSERN em 2014 foi R\$ 198,4 milhões, contra R\$ 207,7 milhões em 2013, refletindo um decréscimo de 4,5%

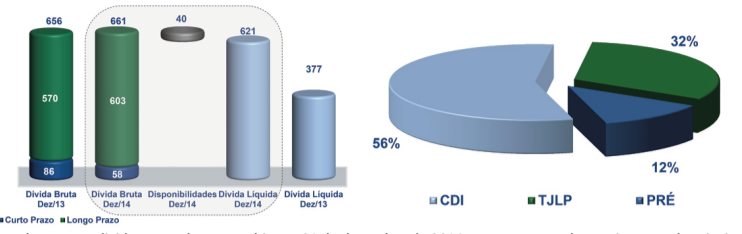


O Lucro Líquido da COSERN em 2014 foi R\$ 198,4 milhões, contra R\$ 207,7 milhões em 2013, refletindo um decréscimo de 4,5%



O Lucro Líquido da COSERN em 2014 foi R\$ 198,4 milhões, contra R\$ 207,7 milhões em 2013, refletindo um decréscimo de 4,5%

Evolução da Dívida (R\$ milhões)



Com base no endividamento da companhia em 31 de dezembro de 2014, o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida se comporta conforme o gráfico abaixo.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ milhões)



7. INVESTIMENTOS

Em 2014 a COSERN investiu R\$ 201 milhões, os quais foram destinados à melhoria da qualidade e da capacidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores do RN, conforme descrito a seguir:

Evolução dos Investimentos - R\$ mil	2012	2013	2014	Varição
Distribuição Associada a Transmissão	158.006	160.020	178.155	11,33%
Administração	16.519	19.612	22.455	14,50%
Total	174.525	179.632	200.610	11,68%

No programa de Instalações Gerais, foram realizados investimentos em sistemas de informática, ferramentas, veículos e patrimônio. **7.1 Expansão de Rede:** Como investimentos na expansão de Linhas de Distribuição em Alta Tensão, no ano de 2014, foram destinados recursos para a execução das seguintes Linhas de Distribuição (LD) em 69 kV Lique – Neópolis seccionamento para Capim Macio (7 km), LD Extremoz – Ceará Mirim seccionamento para Extremoz II (0,2 km), LD Igarapé – Extremoz seccionamento para Extremoz II (5 km), LD Mossoró II – Baraúnas (33 km) e LD Extremoz II – Aeroporto de São Gonçalo (12 km), Caruabas – Riacho da Cruz (50 km), LD Santa Cruz II – Tangará (30 km) e LD Mossoró II Dix-Sept Rosado (45 km) e também foram destinados recursos para início da construção das LD's em 69kV Acari – Jardim do Seridó (32 km), Currais Novos II – Acari 3º circuito (25 km), Caruabas – Campo Grande (30 km) e Mossoró II – MIZU (45 km). Em subestações, foram alocados recursos para a execução da construção da Subestação Capim Macio (20/26,6 MVA) e investimentos iniciais para construção das Subestações Aclerim (20/26,6 MVA), Jardim do Seridó (10/12,5 MVA) e Currais Novos I (20/26,6 MVA), além da ampliação de Mossoró I (14 MVA com a instalação de um transformador de 20/26,6 MVA), Caruabas (4 MVA com a instalação de um transformador de 10/12,5 MVA), Boa Cica (8 MVA com a instalação de um transformador de 15/20MVA) e Baraúnas (14 MVA com a instalação de um transformador de 20/26,6 MVA). No programa de Distribuição, foram realizadas 76.835 novas ligações. Com isso, foram construídos 1.232 km de redes de média tensão (13,8 kV) e 1.248 km de redes de baixa tensão 380/220 Volts, além da implantação de 32.841 postes. Abaixo quadro com os principais ativos elétricos da COSERN:

Principais Ativos Elétricos	2012	2013	2014	Varição
Linhas de Transmissão (Km)	2.209	2.219	2.317	4,23%
Subestações (Un)	60	60	61	1,63%
Transformadores de Força (Un)	81	82	83	1,20%
Linhas de Distribuição (Km)	46.346	47.553	50.575	5,98%
Transformadores de Distribuição (Un)	43.447	44.966	46.894	4,11%
Potência Instalada (MVA)	1.246	1.327	1.406	5,62%

7.2 Modernização: Em 2014, focados no melhoramento das proteções e telecontrole, foi renovada toda a parte de automação das subestações (Mossoró III e Dix-Sept Rosado) possibilitando o melhor e confiável controle das operações remotas, diagnósticos e alteração dos parâmetros dos relés de proteção Alto-Oeste. Na área de Telecomunicações, houve a implantação de uma nova torre de 78m e rádios possibilitando a integração da rede de comunicação do Seridó com o Alto-Oeste fazendo com que tenhamos dupla abordagem de comunicação desta área com o centro de operações (CO). Desta forma se houver falha de comunicação da região do Seridó, existe inteligência de automaticamente os rádios comunicarem via rede Alto-Oeste e o inverso. Esta implantação gerará aumento de disponibilidade de comunicação das subestações e deduzirá custos operacionais em chamados emergências de normalização de comunicação. Fato relevante é a modernização do COI (novo COI), no prédio Sede, onde temos os bancos de dados, arquitetura de interação entre operador e sistema eletrônico, garantido assim uma maior confiabilidade de operação e disponibilidade de comunicação. Na melhoria contínua da modernização dos telecontrolados da distribuição, se fez a renovação de 98 rádios digitais com o foco na Região do Natal, trazendo uma tecnologia de rádios em malha (FEZ MESH) que proporciona maior cobertura de sinal, com qualidade e disponibilidades superiores aos existentes anteriormente. Além disso, houve a evolução de conseguimos acessar remotamente os equipamentos, baixando oscilografias e alterando ajustes de proteção, proporcionando uma redução de custos, pois diminuiríamos as viagens às localidades para a realização destas atividades. **7.3 Pesquisa e Desenvolvimento:** Em 2014 foi finalizado o projeto de P&D "Aplicação de Misturas de Fluidos Biodegradáveis com Óleo mineral (Isolante em Equipamento de 15 kV de Maior Risco e Disponibilidade de Qualidade do Isolante em Equipamento de 15 kV de Menor Risco e Disponibilidade de Qualidade do Isolante)". Além da realização desses projetos, foi dada sequência a mais três projetos de P&D em andamento: "Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira", "Resina Hidrorepelente para cobertura de estruturas de concreto, usando resíduos plásticos recicláveis" e "Metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Distribuidoras de Energia Elétrica: análises críticas e novas proposições" e foram iniciados cinco projetos "Caixa de série do aferidor de medidores de energia elétrica sem interrupção no fornecimento", "Estudos preditivos de vida útil de medidores eletrônicos de energia elétrica por inferência estatística de parâmetros de desempenho em ensaios de vida acelerados", "SIASE - Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico", "Pesquisa para identificação e aplicação das melhores práticas em sistemas de proteção de rede de distribuição em baixa tensão" e "Metodologia para a informação e aprimoramento do seu modelo de gestão, processos e serviços orientados para o desenvolvimento e bem estar da sociedade potiguar. As iniciativas de responsabilidade social da Cosern se alinham ainda aos compromissos voluntários assumidos com os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as metas do milênio. Nasas práticas de gestão são anualmente detalhadas no relatório de sustentabilidade, elaborado com base nas diretrizes do GRI - Global Reporting Initiative, que pode ser consultado em nosso website (www.cosern.com.br/Sustentabilidade). Sob essas perspectivas, em 2014 a Cosern deu continuidade aos incentivos a projetos e iniciativas que consideram os custos e culturas locais, o desenvolvimento da educação e a disseminação de valores socioambientais, buscando contribuir para a transformação do contexto social e ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento da sociedade. Em 2014 a Cosern manteve o compromisso com a valorização da cultura local e com o incentivo a iniciativas de reconhecida contribuição para a inclusão social, exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida de classes econômicas menos favorecidas do Estado, tendo como premissa a promoção do acesso à educação, à cultura e ao esporte e a influência social no relacionamento com a sociedade, alinhados às diretrizes da Política de Sustentabilidade do grupo Neoenergia. Entre as iniciativas voltadas à educação, destacamos a manutenção da parceria com o Instituto Ayrton Senna para o desenvolvimento dos Programas Educacionais "Se Liga" e "Acelera Brasil", direcionados à correção de fluxo escolar de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º), compreendendo a capacitação de educadores, a metodologia e o material didático para alunos e professores. Em 2014 a Cosern destinou R\$ 75 mil para execução das ações previstas em 6 municípios do Estado, beneficiando 140 alunos de 8 escolas da rede pública de ensino. Cabe destacar ainda em 2014 os resultados do Circuito Potiguar do Livro, cujas atividades em 2014 integraram dois eventos, a X Feira do Livro de Mossoró, que recebeu cerca de 80 mil visitantes e oportunizou a participação de mais de 100 representantes da produção literária, entre expositores e palestrantes convidados, e a Feira de Livros e Quadrinhos de Natal que promoveu o VIII Prêmio Cosern Literatura de Cordele, oportunizou a participação de 60 produtores/expositores e atingiu um público médio de 70 mil pessoas durante os quatro dias do evento. Cabe também destacar o projeto "Casa das Palavras – Luz, Cultura e Movimento", iniciativa integrada à campanha ambiental de coleta e destinação adequada de livros lançada pelo ONS, dentro do projeto "Motores do Desenvolvimento" uma programação totalmente gratuita, entre as oficinas de formação, palestras de abertura regionais e apresentações culturais, o projeto promoveu a instalação de 3 minibilbliotecas, entre os 4 municípios visitados no primeiro ciclo (Natal, Mossoró, Açu e Pau dos Ferros), contribuiu para a criação de 2 coras e beneficiou diretamente cerca de 400 pessoas promovendo um intercâmbio de processos artísticos entre "atores políticos culturais" de vários lugares do Rio Grande do Norte. As atividades do projeto serão concluídas até outubro de 2015, prevendo visitas ainda a outros quatro municípios do Estado. Em 2014 ainda, a Cosern manteve os incentivos diretos da ordem de R\$ 200 mil, para projetos e eventos voltados à promoção de reflexões e debates sobre temas relevantes no contexto socioeconômico local e nacional, a exemplo dos seminários promovidos pelo "Motores do Desenvolvimento" em Natal e Mossoró, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de experiências e conhecimentos com a comunidade científica e cidadã e a participação da população em geral. Em 2014 a Cosern destinou R\$ 75 mil para execução das ações previstas em 6 municípios do Estado, beneficiando 140 alunos de 8 escolas da rede pública de ensino. Cabe destacar ainda em 2014 os resultados do Circuito Potiguar do Livro, cujas atividades em 2014 integraram dois eventos, a X Feira do Livro de Mossoró, que recebeu cerca de 80 mil visitantes e oportunizou a participação de mais de 100 representantes da produção literária, entre expositores e palestrantes convidados, e a Feira de Livros e Quadrinhos de Natal que promoveu o VIII Prêmio Cosern Literatura de Cordele, oportunizou a participação de 60 produtores/expositores e atingiu um público médio de 70 mil pessoas durante os quatro dias do evento. Cabe também destacar o projeto "Casa das Palavras – Luz, Cultura e Movimento", iniciativa integrada à campanha ambiental de coleta e destinação adequada de livros lançada pelo ONS, dentro do projeto "Motores do Desenvolvimento" uma programação totalmente gratuita, entre as oficinas de formação, palestras de abertura regionais e apresentações culturais, o projeto promoveu a instalação de 3 minibilbliotecas, entre os 4 municípios visitados no primeiro ciclo (Natal, Mossoró, Açu e Pau dos Ferros), contribuiu para a criação de 2 coras e beneficiou diretamente cerca de 400 pessoas promovendo um intercâmbio de processos artísticos entre "atores políticos culturais" de vários lugares do Rio Grande do Norte. As atividades do projeto serão concluídas até outubro de 2015, prevendo visitas ainda a outros quatro municípios do Estado. Em 2014 ainda, a Cosern manteve os incentivos diretos da ordem de R\$ 200 mil, para projetos e eventos voltados à promoção de reflexões e debates sobre temas relevantes no contexto socioeconômico local e nacional, a exemplo dos seminários promovidos pelo "Motores do Desenvolvimento" em Natal e Mossoró, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de experiências e conhecimentos com a comunidade científica e cidadã e a participação da população em geral. Em 2014 a Cosern destinou R\$ 75 mil para execução das ações previstas em 6 municípios do Estado, beneficiando 140 alunos de 8 escolas da rede pública de ensino. Cabe destacar ainda em 2014 os resultados do Circuito Potiguar do Livro, cujas atividades em 2014 integraram dois eventos, a X Feira do Livro de Mossoró, que recebeu cerca de 80 mil visitantes e oportunizou a participação de mais de 100 representantes da produção literária, entre expositores e palestrantes convidados, e a Feira de Livros e Quadrinhos de Natal que promoveu o VIII Prêmio Cosern Literatura de Cordele, oportunizou a participação de 60 produtores/expositores e atingiu um público médio de 70 mil pessoas durante os quatro dias do evento. Cabe também destacar o projeto "Casa das Palavras – Luz, Cultura e Movimento", iniciativa integrada à campanha ambiental de coleta e destinação adequada de livros lançada pelo ONS, dentro do projeto "Motores do Desenvolvimento" uma programação totalmente gratuita, entre as oficinas de formação, palestras de abertura regionais e apresentações culturais, o projeto promoveu a instalação de 3 minibilbliotecas, entre os 4 municípios visitados no primeiro ciclo (Natal, Mossoró, Açu e Pau dos Ferros), contribuiu para a criação de 2 coras e beneficiou diretamente cerca de 400 pessoas promovendo um intercâmbio de processos artísticos entre "atores políticos culturais" de vários lugares do Rio Grande do Norte. As atividades do projeto serão concluídas até outubro de 2015, prevendo visitas ainda a outros quatro municípios do Estado. Em 2014 ainda, a Cosern manteve os incentivos diretos da ordem de R\$ 200 mil, para projetos e eventos voltados à promoção de reflexões e debates sobre temas relevantes no contexto socioeconômico local e nacional, a exemplo dos seminários promovidos pelo "Motores do Desenvolvimento" em Natal e Mossoró, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de experiências e conhecimentos com a comunidade científica e cidadã e a participação da população em geral. Em 2014 a Cosern destinou R\$ 75 mil para execução das ações previstas em 6 municípios do Estado, beneficiando 140 alunos de 8 escolas da rede pública de ensino. Cabe destacar ainda em 2014 os resultados do Circuito Potiguar do Livro, cujas atividades em 2014 integraram dois eventos, a X Feira do Livro de Mossoró, que recebeu cerca de 80 mil visitantes e oportunizou a participação de mais de 100 representantes da produção literária, entre expositores e palestrantes convidados, e a Feira de Livros e Quadrinhos de Natal que promoveu o VIII Prêmio Cosern Literatura de Cordele, oportunizou a participação de 60 produtores/expositores e atingiu um público médio de 70 mil pessoas durante os quatro dias do evento. Cabe também destacar o projeto "Casa das Palavras – Luz, Cultura e Movimento", iniciativa integrada à campanha ambiental de coleta e destinação adequada de livros lançada pelo ONS, dentro do projeto "Motores do Desenvolvimento" uma programação totalmente gratuita, entre as oficinas de formação, palestras de abertura regionais e apresentações culturais, o projeto promoveu a instalação de 3 minibilbliotecas, entre os 4 municípios visitados no primeiro ciclo (Natal, Mossoró, Açu e Pau dos Ferros), contribuiu para a criação de 2 coras e beneficiou diretamente cerca de 400 pessoas promovendo um intercâmbio de processos artísticos entre "atores políticos culturais" de vários lugares do Rio Grande do Norte. As atividades do projeto serão concluídas até outubro de 2015, prevendo visitas ainda a outros quatro municípios do Estado. Em 2014 ainda, a Cosern manteve os incentivos diretos da ordem de R\$ 200 mil, para projetos e eventos voltados à promoção de reflexões e debates sobre temas relevantes no contexto socioeconômico local e nacional, a exemplo dos seminários promovidos pelo "Motores do Desenvolvimento" em Natal e Mossoró, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de experiências e conhecimentos com a comunidade científica e cidadã e a participação da população em geral. Em 2014 a Cosern destinou R\$ 75 mil para execução das ações previstas em 6 municípios do Estado, beneficiando 140 alunos de 8 escolas da rede pública de ensino. Cabe destacar ainda em 2014 os resultados do Circuito Potiguar do Livro, cujas atividades em 2014 integraram dois eventos, a X Feira do Livro de Mossoró, que recebeu cerca de 80 mil visitantes e oportunizou a participação de mais de 100 representantes da produção literária, entre expositores e palestrantes convidados, e a Feira de Livros e Quadrinhos de Natal que promoveu o VIII Prêmio Cosern Literatura de Cordele, oportunizou a participação de 60 produtores/expositores e atingiu um público médio de 70 mil pessoas durante os quatro dias do evento. Cabe também destacar o projeto "Casa das Palavras – Luz, Cultura e Movimento", iniciativa integrada à campanha ambiental de coleta e destinação adequada de livros lançada pelo ONS, dentro do projeto "Motores do Desenvolvimento" uma programação totalmente gratuita, entre as oficinas de formação, palestras de abertura regionais e apresentações culturais, o projeto promoveu a instalação de 3 minibilbliotecas, entre os 4 municípios visitados no primeiro ciclo (Natal, Mossoró, Açu e Pau dos Ferros), contribuiu para a criação de 2 coras e beneficiou diretamente cerca de 400 pessoas promovendo um intercâmbio de processos artísticos entre "atores políticos culturais" de vários lugares do Rio Grande do Norte. As atividades do projeto serão concluídas até outubro de 2015, prevendo visitas ainda a outros quatro municípios do Estado. Em 2014 ainda, a Cosern manteve os incentivos diretos da ordem de R\$ 200 mil, para projetos e eventos voltados à promoção de reflexões e debates sobre temas relevantes no contexto socioeconômico local e nacional, a exemplo dos seminários promovidos pelo "Motores do Desenvolvimento" em Natal e Mossoró, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de experiências e conhecimentos com a comunidade científica e cidadã e a participação da população em geral. Em 2014 a Cosern destinou R\$ 75 mil para execução das ações previstas em 6 municípios do Estado, beneficiando 140 alunos de 8 escolas da rede pública de ensino. Cabe destacar ainda em 2014 os resultados do Circuito Potiguar do Livro, cujas atividades em 2014 integraram dois eventos, a X Feira do Livro de Mossoró, que recebeu cerca de 80 mil visitantes e oportunizou a participação de mais de 100 representantes da produção literária, entre expositores e palestrantes convidados, e a Feira de Livros e Quadrinhos de Natal que promoveu o VIII Prêmio Cosern Literatura de Cordele, oportunizou a participação de 60 produtores/expositores e atingiu um público médio de 70 mil pessoas durante os quatro dias do evento. Cabe também destacar o projeto "Casa das Palavras – Luz, Cultura e Movimento", iniciativa integrada à campanha ambiental de coleta e destinação adequada de livros lançada pelo ONS, dentro do projeto "Motores do Desenvolvimento" uma programação totalmente gratuita, entre as oficinas de formação, palestras de abertura regionais e apresentações culturais, o projeto promoveu a instalação de 3 minibilbliotecas, entre os 4 municípios visitados no primeiro ciclo (Natal, Mossoró, Açu e Pau dos Ferros), contribuiu para a criação de 2 coras e beneficiou diretamente cerca de 400 pessoas promovendo um intercâmbio de processos artísticos entre "atores políticos culturais" de vários lugares do Rio Grande do Norte. As atividades do projeto serão concluídas até outubro de 2015, prevendo visitas ainda a outros quatro municípios do Estado. Em 2014 ainda, a Cosern manteve os incentivos diretos da ordem de R\$ 200 mil, para projetos e eventos voltados à promoção de reflexões e debates sobre temas relevantes no contexto socioeconômico local e nacional, a exemplo dos seminários promovidos pelo "Motores do Desenvolvimento" em Natal e Mossoró, com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de experiências e conhecimentos com a comunidade científica e cidadã e a participação da população em geral. Em 2014 a Cosern destinou R\$ 75 mil para execução das ações previstas em 6 municípios do Estado, beneficiando 140 alunos de 8 escolas da rede pública de ensino. Cabe destacar ainda em 2014 os resultados do Circuito Potiguar do Livro, cujas atividades em 2014 integraram dois eventos, a X Feira do Livro de Mossoró, que recebeu cerca de 80 mil visitantes e oportunizou a participação de mais de 100 representantes da produção literária, entre expositores e palestrantes convidados, e a Feira de Livros e Quadrinhos de Natal que promoveu o VIII Prêmio Cosern Literatura de Cordele, oportunizou a participação de 60 produtores/expositores e atingiu um público médio de 70 mil pessoas durante os quatro dias do evento. Cabe também destacar o projeto "Casa das Palavras – Luz, Cultura e Movimento", iniciativa integrada à campanha ambiental de coleta e destinação adequada de livros lançada pelo ONS, dentro do projeto "Motores do Desenvolvimento" uma programação totalmente gratuita, entre as oficinas de



BALANÇOS SOCIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (INFORMAÇÃO ADICIONAL)

1 - BASE DE CÁLCULO				2014				2013 (Reclassificado)				
Recíta Líquida (RL)				1.587.674				1.353.729				
Resultado Operacional (RO)				241.997				212.020				
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				74.323				70.873				
Valor Adicionado Total (VAT)				1.010.217				815.477				
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS				R\$ mil				R\$ mil				
	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	5.276	7,10%	0,33%	0,52%	4.854	6,85%	0,36%	0,60%	19.203	27,09%	1,42%	2,35%
Encargos sociais compulsórios	20.296	27,31%	1,28%	2,01%	2.906	4,10%	0,21%	0,36%	2.468	3,46%	0,18%	0,30%
Previdência privada	2.986	4,02%	0,19%	0,30%	2.468	3,46%	0,18%	0,30%	1.416	2,00%	0,10%	0,17%
Saúde	2.978	4,01%	0,19%	0,29%	1.199	1,69%	0,09%	0,15%	215	0,30%	0,02%	0,03%
Segurança e saúde no trabalho	1.954	2,63%	0,12%	0,19%	1.084	1,53%	0,08%	0,13%	472	0,67%	0,03%	0,06%
Educação	1.049	1,41%	0,07%	0,10%	91	0,13%	0,01%	0,01%	362	0,51%	0,03%	0,04%
Cultura	298	0,40%	0,02%	0,03%	7.416	10,46%	0,55%	0,91%	3.645	5,14%	0,27%	0,45%
Capacitação e desenvolvimento profissional	791	1,06%	0,05%	0,08%	45.331	63,96%	3,35%	5,56%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Creches ou auxílio-creche	572	0,77%	0,04%	0,06%	57	0,08%	0,00%	0,01%	3.315	4,62%	0,24%	0,41%
Esporte	308	0,41%	0,02%	0,03%	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	287	0,39%	0,02%	0,03%	52	0,07%	0,00%	0,01%	52	0,07%	0,00%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	14.053	18,91%	0,89%	1,39%	400	0,55%	0,03%	0,05%	400	0,55%	0,03%	0,05%
Total	3.859	5,19%	0,24%	0,38%	2.372	3,33%	0,18%	0,29%	2.372	3,33%	0,18%	0,29%
Total - Indicadores sociais internos	54.707	73,61%	3,45%	5,42%	6.216	8,98%	0,46%	0,76%	6.216	8,98%	0,46%	0,76%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS				R\$ mil				R\$ mil				
	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	160	0,07%	0,01%	0,02%	57	0,03%	0,00%	0,01%	57	0,03%	0,00%	0,01%
Cultura	3.901	1,61%	0,25%	0,39%	3.315	1,56%	0,24%	0,41%	3.315	1,56%	0,24%	0,41%
Saúde e Saneamento	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	83	0,03%	0,01%	0,01%	52	0,02%	0,00%	0,01%	52	0,02%	0,00%	0,01%
Desenvolvimento Social	210	0,09%	0,01%	0,02%	400	0,19%	0,03%	0,05%	400	0,19%	0,03%	0,05%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	464	0,19%	0,03%	0,05%	2.372	1,12%	0,18%	0,29%	2.372	1,12%	0,18%	0,29%
Outros	43	0,02%	0,00%	0,00%	20	0,01%	0,00%	0,00%	20	0,01%	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade (a)	4.861	2,01%	0,31%	0,48%	6.216	2,93%	0,46%	0,76%	6.216	2,93%	0,46%	0,76%
Tributos (Exceto Encargos Sociais) (b)	610.934	252,46%	38,48%	60,48%	508.163	239,68%	37,54%	62,31%	508.163	239,68%	37,54%	62,31%
Total - Indicadores sociais externos (a + b)	615.795	254,46%	38,79%	60,96%	514.379	242,61%	38,00%	63,08%	514.379	242,61%	38,00%	63,08%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS				R\$ mil				R\$ mil				
	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	7.410	3,06%	0,47%	0,73%	4.252	2,01%	0,31%	0,52%	4.252	2,01%	0,31%	0,52%
Investimento em programas e/ou projetos externos	7.548	3,12%	0,48%	0,75%	6.676	3,15%	0,49%	0,82%	6.676	3,15%	0,49%	0,82%
Total dos investimentos em meio ambiente	14.958	6,18%	0,94%	1,48%	10.928	5,15%	0,81%	1,34%	10.928	5,15%	0,81%	1,34%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:												
(X) Não possui Metas () Cumpre de 0 a 50% (X) Não possui Metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 51 a 75% () Cumpre de 76 a 100% () Cumpre de 51 a 75% () Cumpre de 76 a 100%												
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL				2014				2013				
Nº de empregados(as) ao final do período				747				736				
Nº de admissões durante o período				86				55				
Nº de desligamentos durante o período				75				55				
Nº de empregados(as) terceirizados				1.974				1.649				
Nº de estagiários(as)				75				66				
Nº de empregados acima de 45 anos				276				317				
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:												
até 12 meses de idade				0				0				
de 18 a 35 anos				327				288				
de 36 a 60 anos				411				444				
acima de 60 anos				9				4				
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos				0				0				
com ensino fundamental				60				68				
com ensino médio				224				243				
com ensino técnico				144				133				

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL				2014				2013			
com ensino superior				285				261			
pós-graduados				34				31			
Nº de empregados por sexo:				558				547			
homens				189				189			
mulheres				369				358			
% de cargos de chefia por sexo:				76%				75%			
homens				24%				25%			
mulheres				3%				3%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa				35				32			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)				3%				3%			
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais				31				21			
Remuneração bruta segregada por:				42.065				40.353			
Empregados				3.028				1.900			
Administradores				2014				2013			
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL				2014				2013			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				16				24			
Nº total de acidentes de trabalho				16				24			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram				() direção (X) direção e gerência				() direção (X) direção e gerência			
definidos por:				() todos (as) os empregados (as)				() todos (as) os empregados (as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram				() direção () direção e gerência				(X) direção e gerência () todos (as) os empregados (as)			
definidos por:				() não se envolve () segue as normas da OIT				() não se envolve () segue as normas da OIT			
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:				(X) incentiva e segue a OIT				() incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:				() direção () direção e gerência				() direção () direção e gerência			
				(X) todos (as) os empregados (as)				(X) todos (as) os empregados (as)			
				() direção () direção e gerência				() direção () direção e gerência			
				(X) todos (as) os empregados (as)				(X) todos (as) os empregados (as)			
				() não são considerados () são considerados				() não são considerados () são considerados			
				(X) são exigidos				(X) são exigidos			
				() não se envolve () apóia				() não se envolve () apóia			
				(X) organiza e incentiva				(X) organiza e incentiva			
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):				149.313				135.664			
Na Empresa:				71				87			
No Prócon:				2.071				2.151			
Na Justiça:				0				0			
% das reclamações e críticas solucionadas:				96,57%				93,44%			
Na Empresa:				68,00%				92%			
No Prócon:				22%				25%			
Na Justiça:				0				0			
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça				4.149				2.799			
Número de processos trabalhistas:				70				53			
movidos contra a entidade				39				28			
julgados procedentes				0				33			
julgados improcedentes				157				780			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça				157				780			
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$)				Em 2014: 1.010.217				Em 2013: 815.477			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):				53,63% governo 7,40% colaboradores (a)				56,92% governo 7,94% colaboradores (a)			
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:				1. Diagnóstico e identificação das principais causas das reclamações; 2. Envolvimento das áreas chaves responsáveis por cada tipo de reclamação; 3. Implantação de novos modelos de cartas para respostas das reclamações; 4. Realização de Workshops com o atendimento; 5. Plano de Ação com as áreas envolvidas; 6. Acompanhamento diário dos prazos de respostas das reclamações; 7. Criação / Exclusão dos codex e grupos de codex das reclamações no sistema SAP/CCS; 8. Suporte da área de Gestão de Qualidade.							
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES				2014				2013			
CNPJ: 08.324.196/0001-81 - Setor Energético - RN											
I. A COSERN apresenta-se em conformidade com o Decreto nº 3.298/99 (que regulamenta a Lei nº 7.853/89), seção IV, art. 36, sobre o preenchimento dos cargos com pessoas portadoras de deficiência na empresa com 100 (cem) ou mais funcionários(as). II. As metas estabelecidas para 2014 visam a melhoria contínua das informações, bem como o engajamento da empresa com a Responsabilidade Social. III. Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Bruno Costa Parisio, tel: (84) 3215-6177 - e-mail: bruno.parisio@cosern.com.br. IV. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. V. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente. Informações não auditadas.											

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

ATIVO	2014		2013		2014		2013	
	Notas		Notas		Notas		Notas	
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	7	36.507	271.382	21	186.218	143.680	21	186.218
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	313.057	226.435	22	58.477	49.327	22	58.477
Títulos e valores mobiliários	9	3.483	7.371	23	-	36.587	23	-
Impostos e contribuições a recuperar	10	45.777	62.523	24	7.991	9.669	24	7.991
Estoques		3.197	2.634	25	10.287	9.014	25	10.287
Recursos CDE	11	-	6.666	26	65.367	46.957	26	65.367
Despesas pagas antecipadamente	12	4.378	4.993	27	52.405	41.659	27	52.405
Entidade de previdência privada	13	927	399	28	11.912	11.548	28	11.912
Ativos financeiros setoriais	14	71.497	-	29	35.396	29.038	29	35.396
Serviços em curso	15	920	6.523	30	649.847	614.154	30	649.847
Outros ativos circulantes	19	9.641	8.990	31	179.787	179.787	31	179.787
TOTAL DO CIRCULANTE		489.384	597.916		428.053	377.427		428.053
NÃO CIRCULANTE								
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	176.820	184.080	21	12.332	15.604	21	12.332
Títulos e valores mobiliários	10	409	-	22	602.811	569.754	22	602.811
Impostos e contribuições a recuperar	16	108.133	118.524	25	44	110	25	44
Impostos e contribuições sociais diferidos	17	22.504	21.672	28	31.485	25.708	28	31.485
Depósitos judiciais	13	454	4.549	29	3.175	2.978	29	3.175
Entidade de previdência privada	14	25.943	-	30	649.847	614.154	30	649.847
Ativos financeiros setoriais	18	389.194	283.476	31	179.787	179.787	31	179.787
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	19	2.512	2.513	32	266.766	266.766	32	266.766
Outros ativos não circulantes		1.290	1.456		300.295	267.963		300.295
Investimentos		667.792	652.043		(2.123)	(4)		(2.123)
Outros investimentos	20	667.792	652.043		77.052	173.652		77.052
Intangível		1.410.293	1.281.888		824.777	888.174		824.777
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.899.677	1.879.804 </					



funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia dispôs com essas rubricas o montante de R\$ 12.826 (R\$ 12.482 em 31 de dezembro de 2013).

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos os seguintes ativos e passivos financeiros setoriais:

Parcela "A"	2014					
	Ref.	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
(a) Valores Tarifários Não Gerenciáveis da "Parcela A" CVA e Neutralidade	1.199	-	(7.950)	-	(6.751)	
(b) Energia	110.416	34.176	(260)	(14.408)	144.332	
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	-	(43.956)	(58.364)	-	
Neutralidade dos encargos setoriais	1.384	461	(1.950)	(376)	(481)	
Sobrecontratação	5.153	-	(12.783)	(4.261)	(11.891)	
Outras CVA's	7.080	1.724	(443)	-	8.361	
(c) Componentes Financeiros e Subsídios	378	-	(2.859)	(953)	(3.434)	
Descontos Tarifa Irrigação e Aquicultura	6.435	2.086	-	-	8.521	
Energia Eletroprodutores	-	4.280	-	-	4.280	
Exposição Financeira	6.747	2.249	(867)	-	8.129	
Desconto Rural	3.286	867	-	-	4.153	
Outros componentes financeiros	543	117	(56)	(19)	585	
Total	142.621	45.960	(71.124)	(20.017)	97.440	

Segue composição dos ativos e passivos por Índice do Reajuste Tarifário - IRT:

Parcela "A"	2014			
	Ref.	IRT 2015	IRT Anos Anteriores	Total
(a) Valores Tarifários Não Gerenciáveis da "Parcela A" CVA e Neutralidade	-	-	(6.751)	(6.751)
(b) Energia	136.704	7.627	144.331	258.662
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(57.633)	(731)	(58.364)	(116.728)
Neutralidade dos encargos setoriais	340	(821)	(481)	(962)
Sobrecontratação	(17.044)	5.153	(11.891)	(13.782)
Outras CVA's	6.896	1.467	8.363	16.726
(c) Componentes Financeiros e Subsídios	(3.812)	378	(3.434)	(6.868)
Descontos Tarifa Irrigação e Aquicultura	8.342	178	8.520	17.040
Energia Eletroprodutores	-	4.280	4.280	8.560
Exposição Financeira	8.996	(867)	8.129	16.258
Desconto Rural	3.468	685	4.153	8.306
Outros componentes financeiros	394	191	585	1.170
Total	86.651	10.789	97.440	107.880

(a) Parcela "A" - Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela A - CVA: A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela "A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. (b) CVA e Neutralidade: • Energia: Refere-se às variações das condições de compra de energia elétrica efetuadas pelas distribuidoras, ou seja, custo com a contratação de montantes de energia por meio dos leilões regulados. Os custos com energia são alocados na Tarifa de Energia (TE) e repassados integralmente aos consumidores, constituindo item de custo não gerenciável da Parcela A. • Encargo de Serviço do Sistema - ESS: Previsto no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, inclusive os serviços anclantes, prestados aos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, que compreende, dentre outros: i - custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, por restrições de transmissão dentro de cada submercado; ii - a reserva de potência operativa, em MW, disponibilizada pelos geradores para a regulação da frequência do sistema e sua capacidade de partida autônoma; iii - a reserva de capacidade, em MVar, disponibilizada pelos geradores, superior aos valores de referência estabelecidos para cada gerador em Procedimentos de Rede do DNS, necessários para a operação do sistema de transmissão; e iv - a operação dos geradores como compensadores de potência, a regulação da tensão e os esquemas de corte de geração e alívio de cargas. Dessa forma, busca subsidiar a manutenção da confiabilidade e estabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional. • Neutralidade dos encargos sociais: Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa. • Sobrecontratação: O Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEL deverá considerar até 105% (cento e cinco por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação a carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga. • Outras CVA's: Refere-se, principalmente a Conta de Consumo de Combustível - CCC, Tarifa de Uso de Transmissão - TUST, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFRA. (c) Componentes Financeiros e Subsídios: • Descontos Tarifa Irrigação e Aquicultura: A Resolução Normativa nº 207, de 09 de janeiro de 2006 estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e aquicultura e configura o direito da concessionária a ser compensado pelo valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos, no primeiro reajuste de serviço tarifário após a correspondente aplicação. Essa classe passa a ser subsidiada, via CDE, conforme Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013. • Desconto Tarifa Autoprodutores: Descontos concedidos a energia destinada aos agentes autoprodutores, conforme dispõe os artigos 19 e 20 da Resolução Normativa nº 166, de 10 de outubro de 2005. • Diferencial Eletroenergia: Refere-se ao pagamento à Eletroenergia da receita decorrente da geração de Angra 1 e 2 rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN. Conforme o Art. 11º, parágrafo único, e Art. 12º, da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, essa receita será decorrente de tarifa calculada e homologada anualmente pela ANEEL, ficando a Eletroenergia autorizada a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletroenergia e a da tarifa de referência. Em 13 de agosto de 2013, através da Resolução Homologatória nº 1.585/2013, a ANEEL homologou as tarifas a serem praticadas pela Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletroenergia, em referência e o diferencial entre a tarifa praticada e a de referência, em função da mencionada lei. • Exposição Financeira: Conforme Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, trata de mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade de quantidade de energia elétrica. • Desconto Rural: Desconto concedido às atividades de agropecuária, cooperativa de eletrificação rural, indústria rural, coletividade rural e serviço público de irrigação rural. • Outros Componentes Financeiros: Refere-se às garantias financeiras de leilão as quais são exigidas nas operações de compra e venda de energia e desconto de abastecimento. A movimentação dos ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo em 01 de dezembro de 2014		
Constituição	107.172	
Amortização	(9.820)	
Remuneração financeira setorial	81	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	97.440	

15. SERVIÇOS EM CURSO

	2014	2013
Serviço próprio	815	230
Serviços prestados a terceiros	105	6.293
Total	920	6.523

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social	28.890	31.166
Diferido ativo	39.995	53.442
Diferido passivo	(11.105)	(22.276)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMPL	(79.243)	(87.358)
Total	108.133	154.974

(a) Imposto de renda e contribuição social: A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições diferidos pelo líquido, conforme CPC 32.

	2014		2013	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	80.183	20.044	81.797	20.450
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	98.298	8.846	119.070	10.716
Total	178.481	28.890	200.867	31.166

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	2014		2013	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	44.273	44.273	58.647	58.647
Provisão contencioso	43.283	43.283	37.143	37.143
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	3.350	3.350	2.836	2.836
Incentivo fiscal Sudene	-	-	18.875	-
Diro de uso da concessão receita de ultrapassagem	17.190	17.190	8.121	8.121
Perda CCE	-	-	703	703
Ajuste RTT	-	-	-	-
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	-	-	12.909	12.909
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	-	-	18.942	18.942
Outros	7.305	7.305	1.768	1.768
Total Ativo	117.634	117.634	162.177	143.302

(b) Imposto de renda e contribuição social: A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições diferidos pelo líquido, conforme CPC 32.

	2014		2013	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	229.756	229.756	241.148	241.148
Amortização do ágio e reversão da PMPL	(8.115)	(8.115)	(8.037)	(8.037)
Ajustes decorrentes do RTT	(25.887)	(25.887)	24.991	24.991
Juros sobre capital próprio	(35.721)	(35.721)	(38.949)	(38.949)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste	160.033	160.033	219.153	219.153
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	40.008	14.403	54.788	19.724
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período	-	-	-	-
(+) Adições				
Contribuições e doações	400	144	407	145
Multas e dedutíveis	1.604	577	17	6
Depreciação veículos executivos	224	80	156	56
Outras adições	427	154	1.686	626
Total	2.655	955	2.261	833

(-) Exclusões

Reversão da provisão do ágio	(3.938)	(1.418)	(3.900)	(1.404)
Incentivo fiscal SUDENE	(32.198)	-	(41.520)	-
Incentivos audiovisuais/Rouanet e PAT	(1.182)	-	(937)	-
Outras exclusões	(24)	-	(403)	(155)
Total	(37.342)	(1.418)	(46.760)	(1.559)

Imposto de renda e contribuição social no período

Diferido de diferença temporária de RTT	5.324	13.340	10.282	12.929
Total	1.686	2.332	10.596	12.249

Imposto de renda e contribuição social no resultado

Corrente	7.007	16.272	8.693	16.749
Total	5.800	14.113	(1.671)	14.692

Recolhidos e Pagos

Compensados e deduzidos	6.920	15.966	15.833	17.511
Impostos antecipados a recuperar	(1.120)	(1.853)	(7.541)	(2.819)

Diferido

Total	2.007	2.159	10.364	2.057
Total	7.007	16.272	8.693	16.749

(1) Regime Tributário de Transição - RTT: A Lei nº 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015. A opção poderá ser antecipada para o exercício de 2014, na entrega da DCTF referente ao mês de agosto de 2014, cujo prazo para envio foi prorrogado para 7 de novembro de 2014, com possibilidade de alterar a sua opção na DCTF relativa ao mês de dezembro de 2014, conforme IN 1.499 de 14 de outubro de 2014. Contudo, conforme previsto na legislação supracitada, a Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas regras, o fazendo somente a partir do ano calendário de 2015. As novas regras não geram impactos relevantes para a Companhia, tendo em vista que os itens tratados atualmente como RTT permanecerão tendo o mesmo efeito tributário. Com relação ao cálculo retroativo previsto no artigo 69 da referida Lei, será amortizado um diferido passivo no valor de R\$ 3.225 mil durante o prazo de concessão. (b) Benefício fiscal do ágio e reversão PMPL: O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

	2014	2013
Ágio incorporado	638.018	(421.092)
Provisão constituída	(216.926)	(381.081)
Benefício fiscal	251.513	251.513
Amortização acumulada	(87.358)	(23.868)
Reversão acumulada	(23.868)	(15.753)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	79.243	79.243
Saldos em 31 de dezembro de 2014	79.243	79.243

Ativo Não Circulante

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde dezembro de 2010, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 474 de 30 de novembro de 2000, conforme curva abaixo:

Ano	COSERN	Ano	COSERN	Ano	COSERN	Ano	COSERN
2014	0,03741	2017	0,03289	2020	0,02907	2023	0,02551
2015	0,03575	2018	0,03153	2021	0,02784	2024	0,02442
2016	0,03430	2019	0,03022	2022	0,02666	2025	0,02336

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juiz para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	2014	2013
Trabalhistas	9.261	8.359
Cíveis	3.694	3.099
Fiscais	9.549	10.214
PIS / COFINS	1.668	1.548
Impostos municipais	659	414
INSS	6.227	7.330
CSLL	937	867
Outros	58	55
Total	22.504	21.672

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

18. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infra-estrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível (Vide nota nº 20) e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, dev utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão. Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações. Em 31 de dezembro de 2014 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

Ref.	2014	2013
Baixas	226.074	(5.721)
Transferências	(48.257)	-
Atualização monetária / valor justo	14.866	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	283.476	-
Baixas	(993)	-
Transferências	96.111	-
Atualização monetária / valor justo	10.600	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	389.194	389.194

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período. O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) contratatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (Vide nota nº 31) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes (conforme valor novo de reposição) é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do período.

19. OUTROS ATIVOS

	2014	2013
Adiantamentos a empregados	3.180	2.996
Serviços prestados a terceiros	699	2.137
RGR a compensar	445	445
Dispêndios a reembolsar em curso	2.777	1.700
Uso mútuo de postes	2.349	1.743
Outros créditos a receber	2.703	2.482
Total	12.153	11.503
Circulante	9.641	8.990



27. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor por ação		
		ON	PNA	PNB
2014				
RCA de 22 de agosto de 2014	Dividendo intermediário			
2014				
RCA de 23 de maio de 2014	JSCP 2014	53.391	0,3105824419	0,3416406861
RCA de 30 de dezembro de 2014	JSCP 2014	8.930	0,0519475316	0,0571422848
de 2014	JSCP 2014	26.790	0,1558425948	0,1714268543
AGO de 24 de abril de 2013	Dividendo adicional 2013	124.612	0,7248785361	0,7973663897
Dividendo/Distribuição da				
AGO de 24 de abril de 2014	Reserva de retenção lucros	27.623	0,1606871935	0,1767559129
Dividendo/Distribuição da				
AGO de 24 de abril de 2014	Reserva de lucros a realizar	21.424	0,1246275280	0,1370902808
2013				
RCA de 30 de dezembro de 2013	JSCP	38.949	0,2265701623	0,2492271786
AGO de 25 de abril de 2013	Dividendos Complementares	14.438	0,0839905475	0,0923896023
AGO de 24 de abril de 2014	Dividendo obrigatório 2013	2.588	0,0150560164	0,0165616180
		55.975		

O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório. O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda de da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "A" e "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores aqueles atribuídos às ações ordinárias. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2014	2013
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido		
Ações ordinárias	31.353	31.350
Ações preferenciais classe "A"	5.477	5.477
Ações preferenciais classe "B"	4.711	4.710
Total	41.541	41.537
Lucro líquido do exercício	198.369	207.669
Imposto fiscal SUDENE	(32.198)	(41.520)
Amortização do ativo incorporado	23.868	23.638
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(15.753)	(15.601)
Benefício fiscal da amortização do ativo incorporado	(8.115)	(8.037)
Base de cálculo do dividendo	166.164	166.149
Dividendos mínimos obrigatórios	41.541	41.537
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Dividendos intermediários - R\$ 0,3105824419 por ação ON e R\$ 0,3416406861 por ação PNA e PNB	53.391	-
Juros sobre capital próprio - R\$ 0,1038950632 por ação ON e R\$ 0,11428485696 por ação PNA e PNB	35.721	38.949
Complemento dividendos obrigatórios - R\$ 0,0150560164 por ação ON e R\$ 0,016561618 por ação PNA e PNB	-	2.588
Total Bruto	89.112	41.537
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%(*).	(741)	(810)

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	41.659
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	262.770
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(741)
Pagos no período	(251.149)
Prescritos	(134)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	52.405

28. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 11.912, classificado no passivo circulante (R\$ 11.548 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 31.485 no não circulante (R\$ 25.708 em 31 de dezembro de 2013) estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	20.768	10.987	5.501	37.256
Constituição	6.779	5.059	243	12.081
Baixas/reversões	(1.086)	(9.304)	(21)	(10.411)
Atualização	2.431	1.556	484	4.471
Saldo em 31 de dezembro de 2014	28.892	8.298	6.207	43.397

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de sucesso nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. **Trabalhistas:** Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reajustamento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Trabalhistas	Valor atualizado		Expectativa de perda	
	Instância	Valor	2014	2013
Ex-empregados da Companhia				
	4.697	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.697
	6.999	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	881	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Ex-empregados de Empreiteiras	7.950	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.950
	7.599	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	1.227	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Empregados	16.245	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16.245
	139	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	29	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	45.766		28.892	20.768

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. **Cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Cíveis	Valor atualizado		Expectativa de perda		Valor provisionado	
	Instância	Valor	2014	2013	2014	2013
Cientes – Tarifas Plano Cruzado						
(a)	318	1ª, 2ª e 3ª	Provável	318	601	
	111	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	
	1.221	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
Indenização por perdas	(b)	2.311	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.311	
	10.978	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	3.613	
	1.012	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
Acidente terceiros/trabalho	(c)	1.938	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.938	
	13.759	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	
	1.133	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
Irregularidade de consumo	(d)	816	1ª, 2ª e 3ª	Provável	816	
	18.891	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	901	
	824	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
Negativação SPC e Serasa	(e)	457	1ª, 2ª e 3ª	Provável	457	
	2.123	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	261	
	1.177	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
Cooperativas	(f)	570.669	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	
Outras	(g)	2.458	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.458	
	60.219	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	
	35.973	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
Total	725.388		8.298	10.987		

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. **(a) Clientes – Tarifas Plano Cruzado:** Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNEA, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos. **(b) Indenização por perdas:** Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento contratual. **(c) Acidente terceiros / trabalho:** Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos. **(d) Irregularidade de consumo:** Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas questionando a lavratura pela Concessionária de termos de ocorrência lavrados em razão de irregularidades originadas no desvio de energia. **(e) Negativação SPC e Serasa:** Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais por negativação solicitada pela Concessionária em razão de inadimplência. **(f) Cooperativas:** Ações judiciais que discutem o Termo de Acordo conjunto firmado entre ANEEL, FECOERN, CERPAL e COSERN, que versa sobre a aquisição de acervo elétrico. **(g) Outras:** Administrativa, Contrato de demanda, Pedido normativo da concessionária, Contratos comercial/financeiro, Inadimplência e repressões, Débito de tarifas, Corte indevido, Contratos com terceirizados, Revisão de consumo de energia, Serviços de manutenção, Repetição de indébito, Racionamento de energia elétrica, Revisão de faturamento e Sociário. **Fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnatórias de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Fiscais	Valor atualizado		Expectativa de perda		Valor provisionado	
	Instância	Valor	2014	2013	2014	2013
ICMS						
(a)	1.078	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.078	994	
	44.461	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	
	29	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
ISS	(b)	249	1ª, 2ª e 3ª	Provável	249	
	7.025	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	
	117	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
CSLL	(c)	42.716	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	
	2.772	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
COFINS	(d)	77	1ª, 2ª e 3ª	Provável	77	
	1.625	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	71	
	67	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
IRPJ	(e)	144.154	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	
INSS	(f)	4.765	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.765	
Outras	(g)	38	1ª, 2ª e 3ª	Provável	38	
	10.484	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-	
	4.127	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-	
Total	263.784		6.207	5.501		

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **(a) ICMS:** Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já estão prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude de eventual não recolhimento do ICMS no período supracitado, abrangendo apenas o exercício de 1996, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. O Estado do Rio Grande do Norte cobrou administrativamente esses valores e a COSERN moveu ação anulatória de débito fiscal contra essa cobrança, estando o processo aguardando sentença. Em sede de antecipação de tutela a exigibilidade do crédito foi suspensa reconhecendo o juiz a ocorrência da prescrição de todo o débito. **(b) INSS:** Refere-se a autos de infração lavrados pelo Poder Público Municipal, exigindo ISS sobre serviço por terceiros. **(c) CSLL:** Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ativo nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ativo, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em dezembro de 2013 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento. **(d) COFINS:** Refere-se a processo judicial onde se busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008. **(e) IRPJ/IRRF:** IRPJ - Auto de infração decorrente da não adição da despesa de ativo nas bases de cálculo do IRPJ. A COSERN apresentou impugnação, pois entende que esse ativo, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos. Auto de infração anulado em abril de 2012 conforme decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A Fazenda Pública apresentou recurso especial que está pendente de julgamento. **IRRF:** Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interps impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT nº 01/2002. No último mês de abril, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais anulou o auto de infração. **(f) INSS:** Refere-se a ação anulatória de débito fiscal decorrente de lançamentos relacionados a NFD nº 35.814.150-8 que cobra supostos débitos previdenciários das competências de 01/1997 a 08/2006, oriundos de serviços trabalhistas e salário indireto, e das competências de 02/1999 a 06/2000, referentes as retenções de processos prestados por autônomos. Parte dos valores reivindicados pelo INSS já foi atingida pela decadência. Contudo, os consultores legais da Companhia entenderam que a outra parte dos valores cobrados poderia ser devida, considerando a provisão constituída como suficiente para fazer frente a futuros desembolsos. A Companhia aderiu ao REFIS em Dez/2013, o qual já foi homologado judicialmente, de modo que aguarda o levantamento de valores pela Fazenda Pública e posterior levantamento do saldo remanescente em favor da Cosern. **(g) Outras:** Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

29. OUTROS PASSIVOS

	Ref.	2014	2013
Consumidores	(a)	17.347	15.898
Caução em garantia	(b)	16.190	14.980
Outros		5.034	1.138
Total		38.571	32.016
Circulante		35.396	29.038
Não circulante		3.175	2.978
(a) Obrigação perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.			
(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.			

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O Capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 179.787. A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)									
	Ações Ordinárias					Ações Preferenciais				
	Unica	%	A	%	B	%	Total	%		
Iberdrola Energia S.A.	110.814.385	85,4	16.507.498	80,1	14.645.619	82,6	141.967.502	84,5		
Neoenergia S.A.	8.147.546	5,3	2.217.674	10,8	1.417.164	8,0	11.782.384	7,0		
Uptick Participações	7.576.650	5,8	1.156.609	5,6	1.047.352	5,9	9.780.611	5,8		
Previ	1.854.848	1,4	359.031	1,7	382.135	2,2	2.596.014	1,5		
Outros	1.352.790	1,0	365.316	1,8	229.411	1,3	1.947.517	1,2		
Total	129.746.219	100,0	20.606.128	100,0	17.721.681	100,0	168.074.028	100,0		

Acionistas	R\$ (EM REAIS)									
	Ações Ordinárias					Ações Preferenciais				
	Unica	%	A	%	B	%	Total	%		
Neoenergia S.A.	118.537.146,02	85,4	17.657.921,40	80,1	15.666.286,27	82,6	151.861.353,69	84,5		
Iberdrola Energia S.A.	8.715.356,31	6,3	2.372.225,83	10,8	1.515.927,52	8,0	12.603.509,66	7,0		
Uptick Participações	8.104.674,02	5,8	1.237.214,19	5,6	1.120.342,97	5,9	10.462.231,18	5,8		
Previ	1.984.114,14	1,4	384.052,22	1,7	408.766,36	2,2	2.776.932,72	1,5		
Outros	1.447.067,24	1,0	390.775,22	1,8	245.398,87	1,3	2.083.241,33	1,2		
Total	138.788.357,73	100,0	22.042.188,86	100,0	18.956.721,99	100,0	179.787.268,58	100,0		

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurada a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, e assegurada, ainda, às ações preferenciais "Classe A", prioridade na distribuição de dividendos. **Reservas de Capital:** a) Reserva Especial de Ágio: Essa reserva, no montante de R\$ 179.315, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente ao patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação (vide nota nº 16). b) Reserva de Incentivo Fiscal: A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação de sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 82.428, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei. **Reservas de Lucros:** a) Reserva de Incentivo Fiscal: Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social, ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda. O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0183/2010, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 32.198 (R\$ 41.520 em 31 de dezembro de 2013) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real. b) Reserva Legal: A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite. **Outros Resultados Abrangentes:** Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 3 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do correção do e conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada. A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2014 o montante líquido negativo de R\$ 2.119 (R\$ 4 negativo em 2013).

31. RECEITA



As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: **(a) Contratos de Direção e Gestão:** Baguari – Contrato nº 4600017385, vigência de 19 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resolução ANEEL nº 589 de 11 de dezembro de 2007. Rio PCH I – Contrato nº 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.163 de dezembro de 2007. Goiás Sul – Contrato nº 4600017990 e 4600017991, vigência de 19 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2039, conforme Resoluções Autorizativas ANEEL nº 881 e 882 de 24 de abril de 2007. Energética Águas da Pedra – Contrato nº 4600020539, vigência de 19 de agosto de 2007 até 31 de dezembro de 2040, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 232 de 19 de setembro de 2006. **(b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST):** Afluente – Contrato nº 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluente, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM. SE Narandiba – Contrato nº 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a SE Narandiba, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM. **(c) Contratos de Prestação de Serviços:** Amara Brasil - Contrato nº 4600032488, vigência de 16 de agosto de 2014 até 15 de agosto de 2018. Neoenergia Serviços Ltda. – Contrato nº 4600032755, vigência de 14 de agosto de 2014 até 14 de agosto de 2018, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 414 de 9 de setembro de 2010. **(d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras:** Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº 20/00863-5, com vencimento em 18 de novembro de 2021, corrigido mensalmente com base no CDI - Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI. Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº 20/00852-X, com vencimento em 18 de novembro de 2021, corrigido mensalmente com base no CDI. **(e) Debêntures Aplicação/Emissão:** Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado. **(f) Contrato de locação de imóveis:** Neoenergia S/A - Contrato nº 4600019864 referente à locação de imóvel não residencial, vigência de 01 de julho de 2014 até 30 de junho de 2018, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. **(g) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD):** Mel 2 – Conta Contrato nº 7005710671, de uso do sistema de distribuição, com vigência até janeiro de 2046, conforme Portaria nº 130 de 24 de fevereiro de 2011 do Ministério de Minas de Energia, corrigido anualmente pela variação do IGPM. Arizona 1 Energia Renovável S/A – Conta Contrato nº 7006543981, de uso do sistema de distribuição, com vigência até a extinção da concessão, com permissão ou autorização do acessante, conforme Portaria nº 144, de 3 de março de 2011 do Ministério de Minas de Energia, corrigido anualmente pela variação do IGPM. Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL. A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado. **35.1 Remuneração da administração:** A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 3.100 (R\$ 1.903 em 31 de dezembro de 2013), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

36. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 (RI) e 40 (RI) da Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40 (RI), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. **Considerações gerais e Políticas:** A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política, a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros. **Gestão do Capital Social:** A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Indenização – Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão. • Ativos Financeiros Setoriais – decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, são classificados como empréstimos e recebíveis. • Fornecedores – decorrem diretamente das negociações imediatas. • Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações. • Empréstimos e financiamentos: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. • Empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário. • Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira – são considerados como itens objeto de hedge, classificados como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de hedge, previsto no item AG105 da CPC38. Caso contrário, são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. • Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado, conforme previsto no Item 9 do CPC 38, que trata das definições das categorias de instrumentos financeiros. A Companhia faz uso de derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam composto ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes. • Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam composto ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados “exóticos”. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap de moeda estrangeira para CDI, conforme descrito a seguir: • Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exceto para a elaboração de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos. Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício. Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são como segue:

Descrição	Condição de parte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores em Referência				Efeito acumulado de 2014
					Moeda Estrangeira	Moeda Local	Valor Justo	Valor a receber/recebido - a pagar/pago	
Contratos de Swaps: Swap	Bank Of American	08/04/11	06/05/16	2,39% a.a. 107,85%	USD	R\$	R\$	25.007	22.461
					9.482	15.000	15.000		
								15.447	15.219
								9.560	7.242
									1.795
Swap	Bank Of American	03/12/14	01/12/17	2,89% a.a.	USD	R\$		20.872	-
					7.834	20.000			
								21.043	-
								(171)	-
									670
Swap	Citi-bank	03/05/10	03/12/18	117,65% * (USD) 19,97% 3M+0,97% a.a.)	USD	R\$		221.705	195.184
					85.000	195.500			
								21.208	7.348
								30.597	5.484
									9.813

Valor Justo: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2014, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Natal, 12 de fevereiro de 2015.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente

Clayton Ferraz Paiva	Juan Antônio Mendivil	Márcia Castro Moreira	Mário José-Ruiz Tagle Larrain	Solange Ribeiro	Wilsa Figueiredo	Fabiano Felix do Nascimento	José Roque Fagundes da Silva	Rogério Magno Panca
----------------------	-----------------------	-----------------------	-------------------------------	-----------------	------------------	-----------------------------	------------------------------	---------------------

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO FISCAL

Presidente: Fábio Duque Estrada Meyer Chagas.
Titulares: Rogério Magno Panca; Fabiano Felix do Nascimento; José Roque Fagundes da Silva.
Suplentes: Luiz Cláudio Moraes; Carlos Magno Jobim; Leandro de Carvalho Vieira; Carlos Cesar Moreira Padilha.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente: José Roberto Bezerra de Medeiros.
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Erik da Costa Breyer.
Diretora de Gestão de Pessoas: Lady Batista de Moraes.
Diretor de Regulação: José Eduardo Pinheiro Santos Tanure.
Diretora de Planejamento e Controle: Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta.
Diretor de Distribuição: Juan Antônio Mendivil Ruas.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas. Com fundamento nas análises apresentadas e na opinião refletida no relatório dos Auditores Independentes, este Conselho opina no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Natal, 12 de fevereiro de 2015.

Fabício Duque Estrada Meyer Chagas
Presidente

Clayton Ferraz Paiva	Juan Antônio Mendivil	Márcia Castro Moreira	Mário José-Ruiz Tagle Larrain	Solange Ribeiro	Wilsa Figueiredo	Fabiano Felix do Nascimento	José Roque Fagundes da Silva	Rogério Magno Panca
----------------------	-----------------------	-----------------------	-------------------------------	-----------------	------------------	-----------------------------	------------------------------	---------------------

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Marco Geovanne Tobias da Silva.
Vice-Presidente: Mário José Ruiz-Tagle Larrain.
Titulares: Clayton Ferraz de Paiva; Solange Maria Pinto Ribeiro; Márcia Castro Moreira; Juan Antonio Mendivil; José Mauricio Pereira Coelho; Pedro Damásio da Costa Neto.
Suplentes: Everton dos Santos Teixeira; Fernando Arrontes Villegas; Ceres Varella Bezerra de Araújo Matoso; Lara Cristina Ribeiro Plau Marques; João Martins Felcar; Roberto Medeiros dos Santos; Wilsa Figueiredo; Ari dos Santos de Azevedo Filho.

CONTADOR

Bruno Costa Parisio
CRC-PE-018593/O

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, Sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mermoz 150, Baldo, Natal – RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras da COSERN alusivas ao exercício social findo em 31.12.2014; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da COSERN relativas ao exercício social findo em 31.12.2014.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2015.								
José Roberto Bezerra de Medeiros								
Diretor-Presidente								
Lady Batista de Moraes	Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta	José Eduardo Pinheiro Santos Tanure	Erik da Costa Breyer	Juan Antônio Mendivil Ruas				
Diretora de Gestão de Pessoas e Administração	Diretora de Planejamento e Controle	Diretor de Regulação	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Diretor de Distribuição				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

óber segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. • Risco de liquidez: O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida

data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos:** **Informação suplementar - demonstração do valor adicionado:** Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Recife, 12 de fevereiro de 2015
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5 “SR” RN
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1P016700/O-0 “SR” RN

Aos Administradores e Acionistas - Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela desenvolveu para assegurar a confiabilidade da elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de